

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 26 • N° 02 • FEVEREIRO 2006 • R\$ 12,00



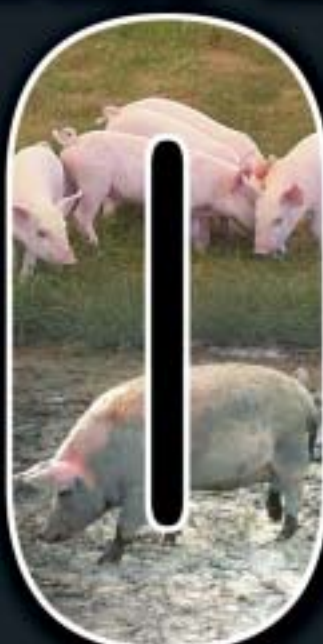
EAESP
EESP
IBRE

PERSPECTIVAS



TRANSGÊNICOS

Cresce o
plantio mundial



SUINOCULTURA

Mercado preocupa
produtor



GRÃOS

Previsão aponta
para safra recorde



LEITE

Estimativa é de
queda de preços



MERCADO FUTURO
Como formar
estoques de álcool





11/01/07

PARTICIPE DA 1ª EDIÇÃO DO ANUÁRIO EXAME DE AGRONEGÓCIO

Inscreva-se para fazer parte do mais importante ranking das **melhores e maiores empresas de agronegócio no Brasil.**

Em parceria com a **Fundação Getulio Vargas - GVconsult**, **EXAME** apresenta o **Anuário EXAME de Agronegócio** com o **ranking das 500 maiores empresas** do setor.

O **Anuário** trará uma análise detalhada dos 25 subsetores do agronegócio e vai destacar as empresas campeãs em cada um deles.

Se a sua empresa está no negócio da agropecuária, extração vegetal, insumos e implementos agrícolas, indústria, comércio e serviços ligados ao setor, inscreva-se e participe do ranking. Acesse:

www.agroexame.com.br



Para mais informações:

(11) 3281-3269 ou (11) 3281-3220, com
Thiago ou Evandro, ou agroexame@fgvsp.br

Parceria:



Conjuntura exige mais competência

Desde 1999, com o crescimento de suas exportações, o agronegócio brasileiro entrou num processo irreversível de mudanças estruturais. Com baixa exposição externa e sem uma postura mais agressiva no marketing e nas vendas, os agentes das cadeias produtivas não tinham motivação nem mesmo sofriam pressões para alterar o padrão convencional de atuação. A articulação do governo com a iniciativa privada se restringia às questões de políticas de crédito, preço mínimo e formação e desova de estoques.

O quadro conjuntural de hoje coloca em prioridade a defesa dos interesses comerciais junto a entidades como a Organização Mundial do Comércio. Um campo novo e imprescindível de atuação, que requer a formação de recursos humanos para discutir com embasamento na Rodada de Doha, no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e na Associação Latino-americana Para o Livre Comércio (Alca).

Para atuar e garantir presença no mercado internacional, o agronegócio precisa se preparar para cumprir os acordos assinados pelo governo durante a Rodada do Uruguai, encerrada há doze anos, tais como Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e as Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT). Nesse sentido, o projeto Qualiagro, objeto de seguidos artigos em Agroanalysis, aparece como uma alternativa oportuna para ajudar em todo esse processo. A troca de informações e de conhecimento entre as autoridades governamentais e a iniciativa privada é de fundamental importância.

Este é um ano eleitoral, em que haverá a escolha do Presidente da República e a renovação do Congresso Nacional. É sempre um momento adequado para a reflexão e formulação de propostas. As lideranças do agronegócio devem desenvolver ações para comprometer os candidatos com as prioridades do setor. O Brasil precisa de uma agenda para atender à realidade do sistema de fibras, alimento e energia renovável. O governo não mais possui capacidade e condição para atender às demandas do setor.

Um dos pontos mais nevrálgicos é a questão sanitária. Na primeira posição no *ranking* das exportações

de carnes avícolas e bovinas, e em terceiro na suinocultura, o Brasil requer um modelo ágil e competente para tratar de tão delicado assunto. Com uma receita nas exportações próxima de US\$8 bilhões, em 2005, a instalação de uma agência, com participação híbrida na gestão entre governo e particulares, é um imperativo para os próximos exercícios. Uma organização dotada de recursos, com fonte de financiamento previamente definida, pronta a prestar os serviços necessários e dar credibilidade externa.

Outra frente importante diz respeito aos organismos geneticamente modificados, cuja área e produção continuam a crescer nos quatro cantos do Planeta. Com a aprovação da Lei de Biossegurança e o funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), espera-se que as pesquisas e o desenvolvimento de ensaios e experimentações sejam retomados. São trabalhos de ponta para sustentar a competitividade do agronegócio nacional. O episódio da soja transgênica não pode ser repetido com o milho e o algodão.

Na bioenergia, as oportunidades estão abertas e as dúvidas desaparecem até para os mais pessimistas. A crítica do presidente Bush à dependência dos Estados Unidos em relação ao petróleo importado revela o papel crescente da biomassa na geração de energia. Os números em termos de investimento e expansão mostram a dinâmica de atuação do setor sucroalcooleiro. Quanto ao biodiesel, as perspectivas são positivas quanto a ser este outro notável empreendimento de sucesso, como o álcool.

Com a safra de grãos em fase inicial de colheita na região Centro-Sul, o governo anuncia uma série de medidas para dar suporte à comercialização. Os preços estão baixos, e a valorização do real diante do dólar compromete o resultado da soja nas áreas da fronteira agrícola. A preocupação é enorme entre os produtores. Como a dívida do campo é elevada, outro resultado econômico inexpressivo, como sucedeu no ano passado, deverá comprometer ainda mais o padrão tecnológico da produção. A fase de ajuste e aperto ainda não está esgotada. ■



ABRE ASPAS:
LUIZ LOURENÇO, PRESIDENTE DA COCAMAR

A agricultura brasileira é especialista em produzir alimentos baratos

Bruno Blecher
da Redação

A competência da agricultura brasileira é incrível. Não apenas para gerar superávit comercial, mas também para produzir alimentos a preços baixos. É o que diz Luiz Lourenço, presidente da Cocamar, uma das mais dinâmicas cooperativas do Paraná.

Com atuação nas regiões Noroeste e Norte do Estado, a cooperativa conta com 6.500 agricultores e alcançou, em 2005, faturamento próximo a R\$1 bilhão.

Em entrevista a **Agroanalysis**, Luiz Lourenço avalia o desempenho do agronegócio brasileiro nos últimos anos e a *performance* do cooperativismo.

Agroanalysis - Como foi o ano de 2005 para a Cocamar?

Luiz Lourenço -

Tivemos uma queda de 17% no faturamento, por causa da redução dos preços agrícolas. Foi um ano muito difícil. Nós registramos crescimento de 20% ao ano até 2004. Em 2002, faturamos R\$602 mi-

lhões; R\$774 milhões, em 2003, e chegamos a R\$1,154 bilhão em 2004. Mas em 2005, caímos para R\$996 milhões.

Agroanalysis - O que o senhor





espera para 2006?

Luiz Lourenço - É difícil prever, porque não dá para saber, por exemplo, como vai ficar o dólar. Os preços internacionais continuam baixos, e não há qualquer indicação de uma recuperação. Pode ser que no plantio da safra americana, em maio próximo, haja alguma mudança nessa conjuntura. Mas neste exato momento, a situação do mercado é de pleno abastecimento. Então, não se pode esperar muita coisa. O dólar é a grande incógnita. Já tem gente falando em R\$1,80 por dólar.

Agroanalysis - Como está hoje o perfil da Cocamar. O forte da cooperativa é a produção de grãos?

Luiz Lourenço - Nós estamos bem diversificados. Temos suco de laranja, seda, algodão, soja. Mas o carro-chefe da cooperativa é a soja. Ela representa 45% do nosso negócio. A cana está crescendo muito. Estamos chegando a 1 milhão de toneladas este ano, que é o nosso limite dentro da atual capacidade de processamento da cooperativa. Produzimos apenas álcool, que hoje é a atividade mais remuneradora da casa. Mas a cooperativa precisa de uma escala maior nesta área. Na região da Cocamar, porém, a concorrência é muito grande. Há quatro usinas operando por aqui.

Agroanalysis - Há muitos produtores no Paraná trocando os grãos pela cana?

Luiz Lourenço - E os que não mudaram ainda, estão com uma vontade danada. O problema é que a seca por aqui está se repetindo com muita frequência, o que desanima o produtor de grãos.

Agroanalysis - E a produção de seda, como está?

"Tem muita gente trocando grãos por cana. E quem não trocou ainda, estão com uma vontade danada"

Luiz Lourenço - Também enfrenta alguns problemas. Ela sofre uma forte concorrência da China, que produz 80% da seda do mundo. Hoje, a seda, para nós, é mais um programa social do que econômico. A seda dá ao produtor uma renda pequena, mas constante. De três anos para cá, a produção brasileira caiu bastante.

Agroanalysis - A Cocamar também tem girassol?

Luiz Lourenço - Lançamos um programa de girassol no ano passado, e nosso principal inimigo foi a pombinha. Plantamos o girassol, e foi tudo bem. Ele cresceu, ficou bonito, mas aí as pombinhas destruíram 50% da produção. A infestação de pombinhas é um problema sério não apenas para o giras-

"Um litro de óleo de soja hoje é 20% mais barato do que um de óleo diesel. Hoje, muito óleo refinado está sendo usado para abastecer trator"

sol, como também para a soja.

Agroanalysis - Como estão os investimentos da cooperativa?

Luiz Lourenço - Temos investido muito em uma fronteira que abrimos por aqui, que é o arenito. Fizemos um projeto, nove anos atrás, de plantar soja no arenito para a recuperação de pastagens. É um programa de integração entre agricultura e pecuária. Você pega um pasto degradado, prepara a terra, planta grãos por três anos e volta com a pastagem. Este programa andou muito bem aqui na região. A expansão nas áreas de arenito fez a cooperativa crescer. Também fizemos investimentos na área de produção de maionese, de suco de laranja e de bebidas à base de soja. Construímos ainda armazéns e novos postos de recebimento.

Agroanalysis - Dos produtos industrializados da Cocamar, quais estão crescendo mais?

Luiz Lourenço - As bebidas à base de soja são o carro-chefe da cooperativa, vendem muito bem. Temos exportado sucos de manga e de goiaba para o Japão; cerca de 10% da nossa produção vai para o Japão. Mas a nossa especialidade não é a exportação, e, sim, o mercado interno. Todo o óleo de soja que produzimos é vendido no mercado interno. Os óleos vegetais são hoje o principal produto da Cocamar. Existe até uma curiosidade: um litro de óleo de soja, hoje, é 20% mais barato do que um litro de óleo diesel. E atualmente, muito óleo refinado - aquele que você usa na cozinha para fritar batatinha - está abastecendo o tanque dos tratores. Estamos vendendo tambores de 200 litros



para os agricultores. O produtor enche meio tanque com óleo diesel e meio tanque com óleo de soja.

Agroanalysis - O óleo de mesa está sendo utilizado para abastecer tratores?

Luiz Lourenço - É incrível, não é? O produtor trata a soja, que depois é processada pela indústria, para depois ser queimada pelo trator. É igual ao frango, que está sendo vendido a R\$1,50 o quilo. Além de gerar superávit comercial, a agricultura brasileira demonstra competência para produzir alimentos baratos. Arroz, soja, frango, trigo. Tudo isso, a agricultura brasileira fornece a preços baixos.

Agroanalysis - A Cocamar pretende também investir na agricultura energética?

Luiz Lourenço - Estamos trabalhando em alguns projetos de biodiesel. Mas não acredito que você possa usar óleos de girassol e soja para transformar em biodiesel. Isso é conjuntural. Qualquer mudança de mercado vai naturalmente colocar o preço do óleo vegetal acima do preço do diesel e inviabilizar o projeto. Estamos pensando no aproveitamento de resíduos do refino do óleo para a produção de biodiesel.



"Uma grande diferença das cooperativas do Paraná, em relação ao restante do País, foi o fato de elas não entrarem em política"

vismo do Paraná sempre foi um dos mais

Agroanalysis - A crise política atrapalha a agricultura?

Luiz Lourenço - Nós vivemos a crise do Paraná, além da crise do Brasil. Aqui, o agricultor não pode usar produtos transgênicos, existem problemas com reserva legal, entre outros. Se o governo se esquecesse do agricultor, ele viveria bem melhor. Temos sérios problemas com a comercialização, especialmente no mercado interno. Algodão, arroz, feijão, milho e trigo são produtos que o agricultor colhe em um período de dois ou três meses para distribuir em 12 meses. Então, quem consome milho não precisa ter armazém. Ele vai comprando de acordo com a necessidade. Nesse exato instante, se você quiser vender uma partida de milho, não terá comprador. Estamos chegando à safra de verão, e o milho não tem liquidez, não tem comprador.

Agroanalysis - O cooperati-

fortes e dinâmicos do País. Qual é o segredo?

Luiz Lourenço - O setor aqui sempre foi muito bem organizado. A maioria das cooperativas por aqui tem entre 40 e 45 anos, são do tempo da crise do café. Muitas delas 'quebraram a cara', porque tentaram resolver o problema do cafeicultor. Quando decidiram diversificar sua produção, por volta dos anos 70, começaram a crescer. Hoje, existem cooperativas muito fortes no Estado. Uma grande diferença das cooperativas do Paraná, em relação ao resto do País, foi o fato de elas não entrarem na política. Os diretores das cooperativas paranaenses não se filiam a partidos políticos. Algumas cooperativas do Rio Grande do Sul perderam muito com a política, ao utilizarem suas estruturas para eleger deputados e prefeitos. Nesse caso, a situação se complica. ■

Inflação: mudança de patamar ou queda temporária?

Rogério Mori *

Dentre os indicadores econômicos divulgados no início do ano, os de inflação, sem dúvida, deixaram um sabor amargo. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mês de janeiro registrou variação de 0,59%, bem acima dos:

- 1) 0,36% verificados no mês anterior;
- 2) 0,37% requeridos para a inflação do ano convergir ao centro da meta, de 4,5%.

As próprias expectativas de mercado se mostraram incapazes de capturar a magnitude dessa variação no fechamento do ano passado. Segundo o Relatório de Mercado divulgado pelo Banco Central em 30 de dezembro de 2005, a mediana das expectativas para a variação do IPCA, em janeiro, se situava em 0,40%. O comportamento dos demais índices de preços ao consumidor, no começo do ano, foi relativamente similar ao do IPCA, com as projeções apresentando o mesmo padrão de erro.

À primeira vista, a questão, embora pareça menos importante, guarda contornos preocupantes a serem considerados no contexto da condução da política monetária. Apesar dos esforços dos analistas econômicos nas projeções, existem limitações consideráveis nesse processo no contexto da economia brasileira. Isso dificulta a aderência das projeções em termos do comportamento da inflação, tanto em curto quanto em longo prazo. O caso de janeiro de 2006 é um exemplo, verificado de forma recorrente nos últimos anos.

Em outras palavras, mesmo que o levantamento e a disponibilização dessas informações de forma sistemática por parte do Banco Central represente um avanço considerável, há um risco não desprezível

em utilizar essas projeções nas decisões de política monetária, assim como para balizar decisões de investimento.

Outro aspecto importante a ser considerado no contexto da trajetória da inflação recente diz respeito ao fato de que boa parte dos ganhos, em termos de comportamento dos preços no ano passado, foi auferida por conta do efeito da apreciação cambial sobre os preços domésticos. O esgotamento desse processo em 2006 reverteria essa trajetória ao longo do ano e condicionaria uma volta a um patamar mais elevado de inflação.

A análise do comportamento dos preços dos bens comercializáveis com o exterior (sensíveis aos movimentos da taxa de câmbio) em relação aos dos bens não comercializáveis e monitorados é contundente nesse sentido. A inflação verificada nos preços dos bens não comercializáveis com o exterior no contexto do IPCA foi de 6,7%, em 2003; de 6,8%, em 2004; e de 6,4%, no ano passado. Em outras palavras, praticamente não houve mudança de patamar no comportamento dos preços desses bens nos últimos três anos.

Em contrapartida, os preços dos bens comercializáveis com o exterior registraram variação de 8,7% em 2003, em função do comportamento da cotação da

moeda norte-americana no segundo semestre de 2002; de 6,3%, em 2004, e de apenas 2,7% no ano passado, como reflexo da intensa apreciação do real frente ao dólar, verificada em 2005.

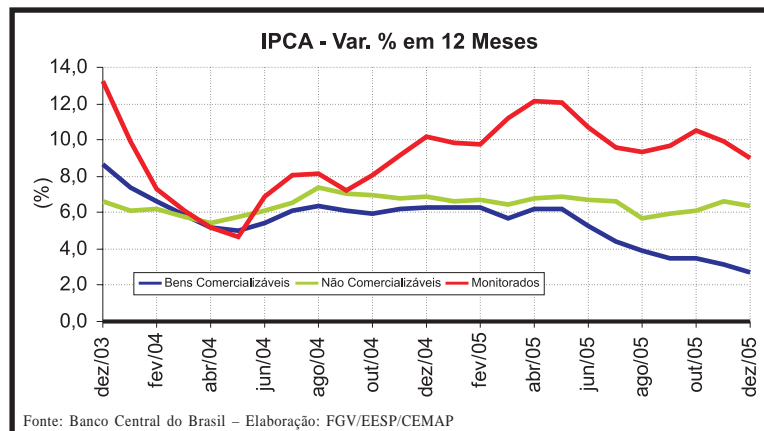
No caso dos preços dos bens monitorados, a variação registrada em 2003 foi de 13,2%; de 10,2%, em 2004; e de 9%, no ano passado, com uma queda pequena quando se considera a forte desaceleração dos preços dos bens comercializáveis.

Esses dados reforçam a visão de que a inflação registrou uma queda recente, mais por conta do comportamento da taxa de câmbio, em comparação com outros canais da política monetária, conforme propalado por analistas de mercado e membros do Governo.

Outro aspecto interessante se refere ao fato de os preços dos bens não comercializáveis com o exterior não mudarem seu padrão de comportamento. A aposta desse ano é de que a variação dos preços monitorados registre queda em razão da desaceleração dos principais componentes (Índice Geral de Preços-IGP e taxa de câmbio) que afetam os reajustes contratuais desses itens. Essa desaceleração, mais uma vez, ocorrerá por conta do efeito da apreciação cambial.

Em suma, apostar todas as fichas em um cenário de acentuada queda da inflação em 2006 pode ser temeroso neste momento. Nesse sentido, os índices de preços ao consumidor divulgados no começo do ano podem já representar um alerta.

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP), da FGV/EESP.





Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano
DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano
EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfourir Aidar
EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza
FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO

REDATOR: Bruno Blecher
ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)
REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin e Thiago Paes Brussi, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTO DE VENDA: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Emílio Galvão, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

SUPLENTE: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio

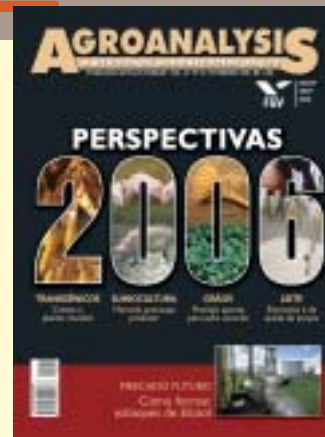
VICE-PRESIDENTE: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia.)

VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martins Gases Indústrias Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apollonio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

SUPLENTE: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Títto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA), Marcos Augusto Caetano da Silva Filho (Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Geraldo José Carbone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



3
O AGRONEGÓCIO
É O SEGUINTE
Conjuntura exige
mais competência

4
ABRE ASPAS
LUIZ LOURENÇO,
presidente da COCAMAR



A agricultura brasileira é especialista em produzir alimentos baratos
Bruno Blecher

7
MACROECONOMIA
Inflação: mudança
de patamar ou
queda temporária?
Rogério Mori

12
POLÍTICA
AGRÍCOLA
Novas regras da
União Européia
Antônio Cipriano Afonso Pinheiro
Dirceu João Duarte Talamini

13
SAFRA 2005/2006
Recursos para a
comercialização



15
BOI
Mudanças na
exportação de carnes
Fabiano R. Tito Rosa
Leonardo Alencar
Alcides de Moura Torres Jr.



18
Marketing da carne
Vacina contra
a febre aftosa



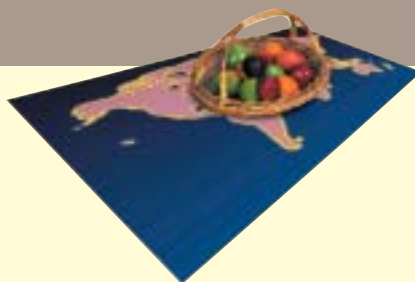


20

SUÍNO

Cenário
menos favorável
Fernando Antônio Pereira

Exportação
recorde em 2005



29

FRUTAS

Brasil embarca US\$ 440 milhões



32

FLORICULTURA

Receita abaixo da esperada

Antonio Hélio Junqueira
Marcia da Silva Peetz



40

AGROENERGIA

O mapa
do biodiesel



41

EUA se
rendem ao álcool



24

AVICULTURA

Ajustar a produção

Os cinco grandes
desafios para o frango



34

COOPERATIVAS

Exportações de US\$ 2,2 bilhões

Evaristo Marzabal Neves
Luciano Rodrigues



42

MEIO-AMBIENTE

Será a soja a vilã do
desmatamento?



27

LÁCTEOS

Produtor perde renda

37
QUALIAGRO
Gestão de riscos no agronegócio
Eustáquio José Costa



38

BIOTECNOLOGIA

Cresce o plantio de OGMs

46

MERCADO FUTURO

O preço do álcool e os
estoques de passagem

49

LEGISLAÇÃO

IR na atividade rural

Luiz Augusto Germani

50

PRODUZIR

Novas propostas
para o uso da terra

João Sampaio

A

G

R

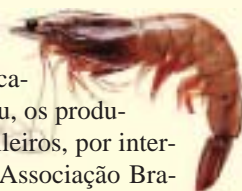
O

D

CAMARÃO PARA A EUROPA

A maior parte das remessas brasileiras de camarão em 2005, exatamente 90,59%, teve como destino os países da Europa. Isto foi consequência das barreiras impostas pelos produtores norte-americanos ao acesso do camarão brasileiro nos EUA. Dispostos a conquistar o mercado europeu, os produtores brasileiros, por intermédio da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), lançaram em fevereiro último, durante a Fish International, na Alemanha, o Selo Verde.

O objetivo da ABCC é mostrar os compromissos dos produtores de camarão associados com a preservação do meio ambiente, a qualidade do crustáceo e o bem-estar dos trabalhadores envolvidos na atividade.



OVO DA CHINA

Maior produtora mundial de ovos, a China tem uma participação de 42% nesse setor. O Brasil produz menos de 2% do total mundial. A avicultura brasileira de postura ocupa o sétimo lugar do ranking dos maiores produtores, mas o consumo per capita por aqui ainda é muito baixo, pois gira em torno de 123 unidades por ano.

EFEITO ESTUFA

O Executive Board da Organização das Nações Unidas (ONU) para Mudanças Climáticas aprovou projeto da Sadia para a captação de gases de efeito estufa em três granjas da empresa. O projeto faz parte do Programa Suinocul-

tura Sustentável Sadia - Programa 3S, que busca envolver os produtores de suínos na redução das emissões de gases do efeito estufa. A idéia é entrar no mercado de créditos de carbono, previsto no Protocolo de Kyoto. O Programa 3S reduz a emissão de poluentes, com o uso de biodigestores nas granjas.

BRAHMAN NA PRAIA

Novo pólo de criação de gado de elite, o Rio de Janeiro realiza a sua 1ª Exposição Estadual de Brahman à beira-mar, de 12 a 18 de março próximo, no Hotel Portobello

Resort & Safári, em Angra dos Reis. Nos dias 18 e 19, acontece o Leilão Portobello, com a venda de novilhas.



ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação
que melhor acompanha
o agronegócio

0800 770 88 81

DE FÁBRICA NOVA

A Alltech, que produz suplementos para a alimentação animal, inicia as operações em abril de sua unidade em São Pedro do Ivaí, no Norte do Paraná. A empresa fechou 2005 com faturamento de US\$24,5 milhões, o que representou crescimento de 21% em relação a 2004.

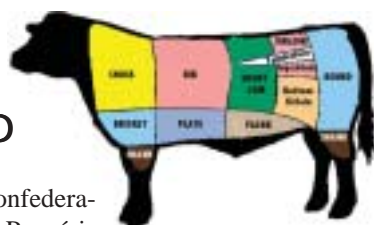
Grande parte desse crescimento é atribuída à retomada do mercado de suínos. O aumento da demanda por produtos naturais, como alternativa ao uso de antibióticos, contribuiu para os bons resultados alcançados pela Alltech no ano passado. Com a Biotecnologia do Paraná, como foi batizada a nova fábrica, a Alltech espera alcançar um faturamento de US\$30 milhões em 2006.

D R O P S

GADO EM PÉ

Mas não há só más notícias na área da pecuária. Dados da ABCZ, de Uberaba, mostram que as exportações brasileiras de bovinos vivos tiveram alta de 630% no ano passado. Cerca de 113.205 animais foram vendidos para o mercado externo, em comparação com os 15.501 vendidos em 2004.

O maior comprador foi o Líbano. A lista de países importadores inclui também Angola, Bolívia, Paraguai, Senegal e Burkina Faso.



BOI MAGRO

Pelos cálculos da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA), o boi está entrando no seu terceiro ano 'no vermelho'. Estudo elaborado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, mostra que no ano passado os Custos Operacionais Totais (COT) da pecuária de corte subiram 6,41%, enquanto o preço pago pelo boi gordo caiu 11,91%. O presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA, Antenor Nogueira, disse que os criadores adotaram a alternativa de aumentar o volume de abate de fêmeas, como forma de gerar renda, o que comprometerá a oferta de bezerras em um futuro próximo.

EUA

US\$ 56,2 bilhões

de dólares; essa é a estimativa de renda líquida dos produtores agrícolas para este ano, bem inferior à de 2005, que alcançou

US\$ 72,6 bilhões

CLIENTE VIP

Técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apresentaram a representantes do governo do Japão as providências adotadas pelo Brasil para impedir a entrada da influenza aviária no País. Cerca de 90% da carne de frango importada pelo Japão é de origem brasileira. São 402 mil toneladas por ano, que rendem ao Brasil US\$ 687 milhões.



EXPORTAÇÃO DE SÊMEN

O Brasil exportou ainda no ano passado 123.405 doses de sêmen, contra as 67.815 embarcadas em 2004, com um aumento significativo de 81%. A maior quantidade de material genético exportado seguiu para o Uruguai. Outros países importadores foram Angola, Colômbia, Equador, Paraguai, Senegal, Venezuela e Tailândia.

PÉ NO BREQUE

O mercado brasileiro de tratores e colheitadeiras começa o ano em baixa. As vendas em janeiro caíram 1,3% em relação às de janeiro de 2005. Os números são da Anfavea. Em 2005, o mercado nacional absorveu 23.200 unidades, número bem inferior ao de 2004, quando foram vendidas 37.800 máquinas agrícolas no Brasil.



LARANJA AZEDA

O preço do suco de laranja para o consumidor norte-americano deverá aumentar e haverá uma migração do consumo para outros sucos

Ademerval Garcia, presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus), ao comentar a decisão da Comissão Internacional de Comércio dos Estados Unidos (ITC) de taxar o suco de laranja concentrado e congelado do Brasil em até 60%, em 8 de fevereiro último.



Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



POLÍTICA AGRÍCOLA

Novas regras da União Européia

António Cipriano Afonso Pinheiro *
Dirceu João Duarte Talamini **

O Conselho de Ministros da Agricultura da União Européia (UE), então com 15 países, reunido em Luxemburgo, chegou a um acordo, em 26 de junho de 2003, para reformar a Política Agrícola Comum (PAC), a partir de 2005. Na verdade, um preparo político para a agricultura futura, com os 25 Estados-membros, em que passa a:

- Orientar os agricultores para o mercado e o empreendedorismo;
- Se preocupar com os aspectos ambientais da atividade agrícola;
- Garantir a segurança e a qualidade alimentar européia;
- Fortalecer as políticas de desenvolvimento rural.

Os elementos-chave da nova PAC são quatro:

- 1° - Esquema de pagamento único à exploração, com base no histórico das ajudas diretas recebidas no período de 2000 a 2002. O período de entrada em vigor será flexibilizado entre 1° de Janeiro de 2005 e 1° de Janeiro de 2007. A ajuda fica condicionada ao cumprimento de determinadas regras ambientais, de segurança alimentar, de bem-estar animal. Um regime de eco-condicionalidade (cross-compliance);
- 2° - Teto máximo de 5000 EUROS para as ajudas diretas por exploração. O mecanismo, designado como "modulação", representa uma redução automática das ajudas às grandes explorações: 3% em 2005, 4% em 2006 e 5% de 2007 em diante. O objetivo é liberar fundos para apoiar políticas de desenvolvimento rural, com melhor coesão econômica e social do espaço europeu. Cada Estado-membro pode receber, pelo menos, 80% dos fundos gerados pelo mecanismo da modulação;

3° - Mudança nos mecanismos de intervenção e suporte a preços de alguns setores estruturalmente desequilibrados (manteiga, arroz etc.), e implementação de austeridade disciplinada financeira, capaz de cumprir os orçamentos fixados até 2013;

4° - Reforço da dotação financeira da política de desenvolvimento rural.

A forma como esta revolução vai ser levada a cabo é a seguinte:

Cada agricultor recebe títulos ou direitos de produção, calculados em função do seu histórico de atividades e ajudas, dividido pelo número de hectares elegíveis, no período de referência, de 2000 a 2002, sem incluir a área ocupada por culturas permanentes. A partir de 2005, os pagamentos serão concedidos apenas para os títulos para os quais o agricultor possua hectares elegíveis, exceto para a produção de frutas, hortícolas e batata para consumo. Os títulos poderão ser transferidos livremente, com ou sem terra, entre os agricultores de um mesmo Estado-membro.

Cada Estado-membro:

- Optará entre calcular o pagamento único de forma individualizada para cada exploração; regionalizar o valor de cada título; ou diferenciar os valores dos pagamentos entre terra arável e pastagem; redistribuir fundos entre regiões, após os tetos financeiros regionais serem definidos etc.;
- Criará uma reserva nacional, para resolver problemas dos agricultores com baixos montantes de referência, quando comparados com a sua capacidade produtiva, ou porque arrendaram ou compraram terra, ou porque investiram ou participaram em programas nacionais de reconversão;
- Desenvolverá um sistema de acom-

panhamento e assistência técnica das explorações, a partir de 2007, com adesão livre; todavia, em 2010, o Conselho decidirá se o sistema será compulsório.

A reforma põe a agricultura na linha dos acordos da Organização Mundial do Comércio e dá maior poder de negociação para a UE. Como a maioria das ajudas será paga independentemente do volume de produção, para evitar que se deixe de produzir, os Estados-membros poderão optar por manter uma ligação reduzida entre os subsídios e a produção. Para muitos produtos, em especial, os cereais e a carne, a UE necessita encontrar novos modos de subsidiar os agricultores para torná-los competitivos. O conceito de multifuncionalidade parece ser a solução européia encontrada para resolver este intrincado problema.

MODELO COMPETITIVO

Os ideólogos da nova PAC pretendem um modelo de agricultura que seja competitivo, origine produtos de qualidade, utilize práticas amigáveis de produção, mantenha a paisagem rural rica e atrativa, e no qual a economia rural seja sustentável e dinâmica.

As questões levantadas pela reforma exigem novas respostas ou, pelo menos, mudanças na abordagem de problemas antigos, com abertura para diversas áreas de pesquisa, tais como:

- Biotecnologia e melhoramento, com sistemas mais eficientes de produção vegetal e animal;
- Certificação de produtos e criação de mecanismos de controle antifraude;
- Gestão sustentável dos recursos naturais (solo, água, florestas, biodiversidade);
- Melhoria da qualidade dos produtos e da segurança alimentar;
- Criação de indústrias não alimentares;
- Instrumentos capazes de monitorar os efeitos das políticas agrícola e ambiental.

ONDE SABER MAIS:
Portal da União Européia
http://europa.eu.int/pol/agr/index_pt.htm

* Professor catedrático do Departamento de Economia da Universidade de Évora. Endereço eletrônico: acap@uevora.pt

** Pesquisador da Embrapa Suínos e Aves; talami@cnpsa.embrapa.br



SAFRA 2005/2006



Recursos para a comercialização

O governo federal anunciou um conjunto de medidas de apoio à comercialização, ao custeio e investimento agropecuário, que envolvem recursos da ordem de R\$2,56 bilhões, a serem liberados neste mês. O enfoque principal é o apoio à comercialização no momento da colheita da safra de verão, na fase inicial nas principais regiões produtoras e com necessidade de suporte financeiro, para a garantia de renda e liquidez.

Do montante anunciado, R\$1,1 bilhão será destinado às linhas de custeio agrícola, à compra de insumos destinados à safra de inverno e ao custeio pecuário de milho-safrinha e sorgo. Somente para o custeio de café, serão liberados R\$100 milhões, em complemento aos R\$400 milhões do Funcafé, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em novembro de 2005.

Para o apoio à comercialização, serão liberados R\$1,16 bilhão, dos quais, R\$160 milhões para financiar a estocagem de leite, R\$300 milhões para estocagem e carregamento de arroz, e R\$ 700 milhões para outros produtos.

MAIS CRÉDITO

O panorama de crédito agrícola ficou mais favorável nos últimos meses, devido ao crescimento dos depósitos à vista, desde julho. Com isso, os recursos das exigibilidades bancárias (25% dos depósitos à vista devem ser destinados à agropecuária) cresceram em relação à safra 2004/05. Os bancos privados projetam um aumento de R\$3,5 bilhões a R\$5 bilhões no crédito de comercialização, no primeiro semestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005.

Os R\$300 milhões anunciados para apoio aos arrozeiros serão destinados à formação e ao carregamento de estoques, por meio de EGF (Empréstimos do Governo Federal). O setor também será beneficiado por leilões de PEP (Prêmio de Escoamento de Produto), de PROP (Prêmio de Risco de Opção Privada) e AGF (Aquisições do Governo Federal).

O governo irá realizar leilões de PEP para 300 mil toneladas de arroz do Rio Grande do Sul e de Santa

Catarina, para qualquer destino, exceto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os primeiros pregões estão marcados para os dias 21 de fevereiro e 07 de março, com a oferta de 60 mil toneladas em cada um deles. Após a avaliação dos resultados, serão realizados leilões semanais de 30 mil toneladas.

Os leilões de opção privada, também para 300 mil toneladas de arroz, começarão a ser realizados em março, no dia 7, com oferta de 50 mil toneladas do produto do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A data de exercício será 30 de abril. No caso de AGF, uma compra inicial está prevista em 250 mil toneladas, mas ainda é necessário esperar a aprovação do orçamento da União.

Quanto ao desempenho das operações de títulos agrícolas, os CDA/WA (Certificados de Depósito Agropecuários e Warrant Agropecuário), foram registradas na BM&F e no CTIP operações de títulos agrícolas no valor de R\$153 milhões, dos quais, R\$138 milhões equivalem a 473 mil sacas de café. Também estão sendo negociados títulos de algodão, trigo e melão.

Um projeto enviado ao Congresso Nacional prevê um orçamento de R\$ 2,180 bilhões para a compra de produtos e R\$650 milhões para escoamento. A CONAB pleiteia mais R\$1 bilhão para o escoamento da produção. O governo possui estoque de 4,1 milhões de toneladas de grãos, principalmente, trigo, milho, arroz e algodão.

MEDIDAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Já o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou cinco medidas que beneficiam o setor agrícola:

CAFÉ - tratamento similar ao adotado para os demais produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Serão atendidas as cooperativas de produtores rurais até sua capacidade de beneficiamento ou industrialização do café, com limite de financiamento de até R\$ 3 milhões.

SOJA - produtores serão contemplados com a possibilidade de quitação, em até cinco parcelas, dos empréstimos tomados para o plantio da safra, vencendo a primeira delas sessenta dias após a colheita.

CACAU - prorrogação das dívidas nos

empréstimos que foram contraídos nas etapas 1, 2 e 3, no montante de R\$184 milhões; posição de dezembro de 2005. Nas operações das etapas 1 e 2, os produtores de cacau terão encargos financeiros iguais aos praticados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sendo estes de 6% ao ano para mini-produtores; de 8,75%, para pequenos e médios produtores, e de 10,75% ao ano, para os grandes produtores.

Foi estabelecido o prazo de até cinco anos para o pagamento do saldo devedor renegociado. O primeiro vencimento será em janeiro de 2007; as prestações serão anuais, no valor correspondente a 1/5 da dívida, de acordo com o fluxo de caixa dos produtores (70% do valor da parcela em janeiro e 30% em julho). Quem pagar até o vencimento, terá bônus de adimplência de 31% e 30% para os mini e demais produtores, respectivamente.

Os produtores que se enquadrarem na etapa 3 terão suas dívidas prorrogadas para 15 de julho de 2012, 15 de janeiro de 2013 e 15 de julho de 2013. As prestações com vencimento em janeiro e julho de 2005, e janeiro de 2006, dos financiamentos concedidos para a aquisição de Certificado do Tesouro Nacional (CTN) serão pagas em janeiro e julho de 2007 e janeiro de 2008, respectivamente. Os agentes financeiros devem adotar todas as medidas necessárias para viabilizar a renegociação até 30 de junho deste ano, inclusive, a formalização de aditivo junto aos mutuários.

UVA - o CMN também aprovou a manutensão de R\$0,42/kg para o preço mínimo da uva industrial nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Os preços dos derivados de uva serão divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de seu Manual de Operações. O preço mínimo serve como base para as operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF), referentes à produção de uva, da safra 2005/2006.

A preocupação do governo é apoiar o setor, tendo em vista a expectativa de que haja uma pequena redução na safra 2005/06, cuja colheita tem início em fevereiro, ainda sob o efeito da seca ocorrida no Rio Grande do Sul, em 2005. Na safra 2004/2004, foram colhidas 493,2 mil toneladas de uva, uma queda de 15% ante as 578,9 mil toneladas da safra recorde anterior.

Previsão de colheita recorde

O Brasil deverá registrar um recorde histórico na safra agrícola 2005/06, se as condições climáticas continuarem favoráveis, de acordo com a previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A produção prevista é de 124,4 milhões de toneladas de grãos, ou seja, um acréscimo de 66,6 milhões de toneladas (115,2%), em comparação com a temporada de 1990/91. A área plantada, estimada em 46,8 milhões de hectares, apresenta uma variação de 9 milhões de hectares (23,8%) em relação a 90/91.

Os dados constam do terceiro levantamento da safra 2005/06, divulgado pela Conab. O salto da produção agrícola do Brasil é creditado à profissionalização dos agricultores. Nos últimos anos, os produtores brasileiros passaram a investir mais em tecnologia (sementes melhoradas, fertilizantes, análise e correção do solo, plantio direto e máquinas), o que também provocou um aumento da produtividade das principais culturas, como soja e milho.

A safra 2005/06 terá um aumento de 9,3% em relação a anterior, de 113,9 milhões de toneladas. Com a redução das lavouras de algodão, arroz, soja e trigo, a área diminuirá em 4,3%, passando de 48,9 para 46,8 milhões de hectares. Segundo a Conab, essa diminuição foi causada pelas baixas cotações dos produtos, pelos altos custos de produção, desvalorização cambial e descapitalização do setor. Em compensação, a produção crescerá por causa da recuperação da produtividade, sobretudo, de soja e milho.

SOJA - a área plantada da soja deverá cair de 23,30 milhões de hectares para 22,15 milhões de hectares – uma diminuição de 5% – em relação à safra passada. O desestímulo à cultura é atribuído às baixas cotações do produto nos mercados interno e externo, aliado à desvalorização cambial.

MILHO - a área cultivada (primeira safra) deverá crescer em relação à safra anterior, passando de 9 milhões de hectares para 9,5 milhões de hectares, o equivalente a 5,9%. Já a produção deverá passar de 27,3 milhões de toneladas para 32,9 milhões de toneladas, ou seja, um aumento de 20,5%.

Estimulado pelo preço do mercado, o grão (primeira safra) também terá um aumento da área plantada, passando de 1,16 milhão de hectares, em 2004/2005, para 1,24 milhão de hectares – um crescimento de 6,8%. A produção esperada é de 1,33 milhão de toneladas, ou 20,3% a mais.

ARROZ - devido aos baixos preços no mercado, sofreu uma queda na área plantada, saindo dos 3,92 milhões de hectares da safra passada para 3,13 milhões de hectares na atual, ou 20% a menos. Esse resultado se refletirá na produção, que deve diminuir de 1,7 milhão de toneladas, o equivalente a 13%. Mato Grosso é o estado onde deverá haver maior perda, podendo esta chegar a 57,7% (de 2,04 milhões de toneladas para 864 mil toneladas).

ALGODÃO - também foi atingido pela queda no preço do produto, o que resultou na diminuição da área plantada, saindo de 1,18 milhão de hectares para 825,8 milhões de hectares, uma redução de 30%. A produção de pluma, por exemplo, deverá sofrer queda de 296,2 mil toneladas (-22,8%), ficando em 1 milhão de toneladas.

Os números foram apurados por 50 técnicos da Conab. De 23 a 27 de janeiro, eles percorreram 410 municípios nos estados do Centro-Sul, Bahia, Rondônia, Tocantins, Pará, sul do Maranhão e Piauí. Nesse período, entrevistaram 1.100 produtores e representantes de cooperativas, sindicatos e órgãos públicos e privados.

Produção nacional de grãos - em milhões de toneladas

Produto	2004/05	2005/06 (*)	2005/06 (**)
Arroz	13.2	11.7	11.5
Feijão - total	3.0	3.2	3.1
Milho - 1º safra	27.2	32.8	32.8
Milho - 2º safra	7.7	8.9	8.8
Soja	51.4	58.5	58.1
Trigo	5.8	4.7	4.8

Fonte: CONAB

(*) estimativa em novembro de 2005

(**) estimativa em janeiro de 2006



Mudanças na exportação de carnes

Fabiano R. Tito Rosa *

Leonardo Alencar **

Alcides de Moura Torres Jr. ***

Se, em 2003, o Brasil alcançou o posto de maior exportador de carne bovina do mundo, superando, em volume, a Austrália e também os Estados Unidos, em 2004, consolidou a sua posição para, em 2005, ampliar a vantagem, apesar dos problemas com febre aftosa e greve dos fiscais agropecuários federais, no final do ano.

Apesar de exportar "apenas" 21% da sua produção, as vendas brasileiras de carne bovina já respondem por 30% do comércio mundial. A Austrália exporta cerca de 60% da sua produção. As exportações brasileiras de carne bovina evoluíram 67,89% em volume e 100,69% em faturamento, entre 2003 e 2005.

A participação das vendas de carne in natura vem aumentando a

cada ano. Em 1999, as vendas de carne industrializada respondiam por 64,25% do volume total das exportações de carne. Essa mudança do perfil dos embarques se deve

à evolução do combate à febre aftosa no Brasil e à retração da oferta de carne bovina em nível mundial, em função de problemas sanitários e/ou climáticos enfren-

**Brasil: exportações de carne bovina
(mil toneladas de equivalente-carcaça)**

Produto	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004	2005/2003
Carne in natura	806,1	1.202,6	1.411,3	49,2%	17,3%	75,0%
Carne industrializada	457,3	584,3	710,0	27,7%	21,5%	55,2%
Total	1.263,5	1.786,9	2.121,2	41,4%	18,7%	67,9%

Fonte: MDIC

**Brasil: exportações de carne bovina
(US\$ milhões)**

Produto	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004	2005/2003
Carne in natura	1.154,5	1.963,0	2.419,1	70,0%	23,2%	109,5%
Carne industrializada	363,7	502,8	627,8	38,2%	24,9%	72,6%
Total	1.518,2	2.465,8	3.046,9	62,4%	23,5%	100,7%

Fonte: MDIC



tados principalmente por Argentina, Uruguai, União Européia, Austrália, Canadá e Estados Unidos, entre 1999 e 2005.

O Brasil enfrentou problemas com a febre aftosa em 2004 (Pará e Amazonas) e em 2005 (Mato Gros-

so do Sul e Paraná). A segunda incidência causou maior impacto. Isso porque os dois Estados afetados, ao contrário do Pará e do Amazonas, fazem parte do circuito de exportação.

Na condição de grande exportador brasileiro, São Paulo conta com muita matéria-prima (gado e carne com osso) oriunda principalmente de Goiás e Minas Gerais, e, com grande destaque, de Mato Grosso do Sul, justamente o Estado mais acometido atualmente por embargos.

porcionalmente, retrocedam. Mas a vantagem paulista ainda é relativamente folgada.

O Brasil, por conta dos casos de febre aftosa, deixou de exportar cerca de 140 mil toneladas de equivalente-carcaça de carne bovina em 2005, o que representa uma quebra de US\$200 milhões. Ainda assim, na média do último trimestre do ano passado, o Brasil embarcou cerca de 152,22 mil toneladas de equivalente-carcaça de carne bovina por mês, um desempenho 40,5% superior à média mensal das exportações australianas em 2005, que foi de 108,33 mil toneladas de equivalente-carcaça ao mês.

Brasil: distribuição das exportações, com base no volume - %

Produto	2003	2004	2005
Carne in natura	63,8	67,3	66,5
Carne industrializada	36,2	32,7	33,5

Fonte: MDIC

Brasil: clientes em termos de volume exportado (tonelada métrica) - %

Países	2003	2004	2005
União Européia	28,9	24,8	22,8
Rússia	10,5	13,6	21,5
Egito	9,7	10,6	10,9
Chile	11,9	9,1	4,9
Estados Unidos	6,2	4,8	3,8
Reino Unido	11,0	8,6	8,6
Arábia Saudita	5,8	3,7	2,1
Argélia	1,0	3,3	3,0
Outros	14,9	21,3	22,2

Fonte: MDIC

Brasil: clientes em termos de faturamento (US\$) - %

Países	2003	2004	2005
União Européia	41,3	38,7	34,1
Rússia	6,7	9,8	18,2
Egito	6,2	7,1	8,5
Chile	10,5	8,1	4,6
Estados Unidos	9,8	8,0	6,7
Reino Unido	11,9	10,1	10,2
Arábia Saudita	4,4	3,0	1,9
Argélia	0,8	2,5	2,5
Outros	8,2	12,5	13,1

Fonte: MDIC

GEOGRAFIA

Dentre mais de 170 clientes, 56 países levantaram algum tipo de restrição à carne brasileira. As penalizações se concentraram em alguns Estados, sobretudo, PR, MS e SP. Como a maioria dos frigoríficos possui plantas industriais em várias regiões, a retração das vendas não teve grande impacto.

Aliás, a tendência de melhor distribuição dos frigoríficos, principalmente em direção ao Centro-Oeste brasileiro, faz com que as exportações de São Paulo, pro-

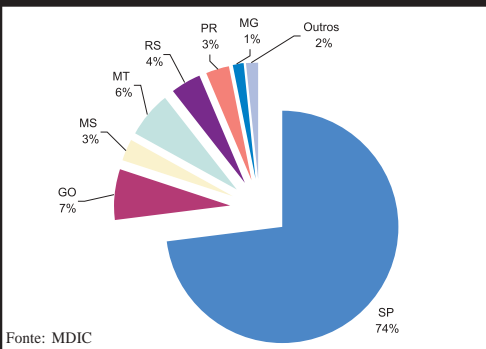
RECORDE

E ao contrário do que se imaginava inicialmente, 2006 começou quebrando recordes. Em janeiro, foram exportados 105,17 mil toneladas de equivalente-carcaça de carne bovina *in natura*, com faturamento de US\$ 180,70 milhões, ou seja, um aumento de 23,36% em volume e de 28,52% em receita, em relação ao mesmo período do ano passado.

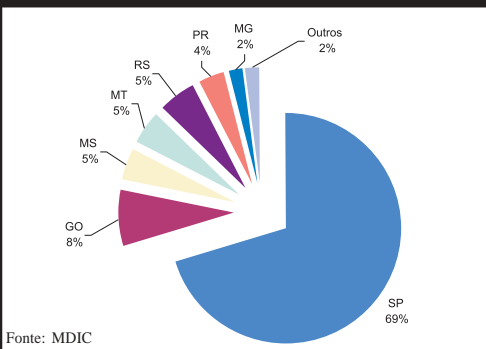
Foi o melhor janeiro da história. Só não foi o melhor mês, em função dos embargos ainda vigentes, mas eles estão fadados a cair. Afinal, só no caso da Europa, entre o que eles produzem e consomem em carne bovina, existe um déficit de cerca de 350 mil toneladas.



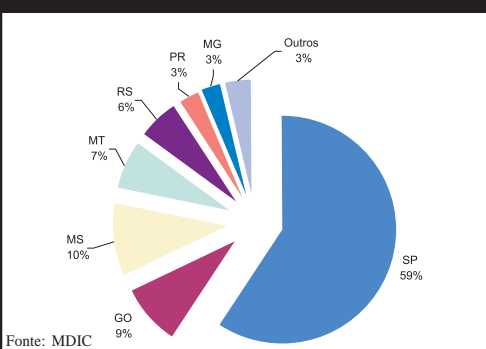
Brasil: participação dos Estados no volume de carne bovina embarcada em 2003



Brasil: participação dos Estados no volume de carne bovina embarcada em 2004



Brasil: participação dos Estados no volume de carne bovina embarcada em 2005



PRINCIPAIS CLIENTES

A União Européia, apesar de ser o maior mercado, tem perdido participação. O destaque é o crescimento da Rússia, Argélia e do item "outros". Uma evidência clara de ampliação dos mercados pelo Brasil.

Quanto à distribuição das exportações em faturamento, a participação da União Européia é ainda maior. O bloco importa quase que exclusivamente cortes nobres. As elevadas tarifas de importação praticamente inviabilizam as vendas de carne de dianteiro para a Europa. Mas, novamente, as participações de Rússia, Argélia e "outros" evoluíram significativamente.

FRIGORÍFICOS

No Brasil, existem cerca de 1,6 mil frigoríficos, com algum tipo de inspeção. Destes, apenas 18 respondem por aproximadamente 98% das vendas externas.

Estima-se que os 5 maiores, juntos, respondam por 65% das exportações. Apenas os 2 maiores têm cerca de 40% de participação nesse mercado, evidenciando o elevado grau de concentração do setor. Tal situação permite que essas indústrias gozem de elevado poder de barganha.

TENDÊNCIAS

Para 2006, se espera que as exportações brasileiras de carne bovina evoluam, no mínimo, 10% em volume e 15% em faturamento, perfazendo 2,33 milhões de toneladas de equivalente-carcaça, com receita de US\$3,50 bilhões.

Alguns órgãos internacionais, como o USDA, apontam uma tendência de retração, em função dos problemas com a febre aftosa. Mas essa é uma visão simplista e sem fundamento. Basta tomar como base o desempenho de janeiro de 2006.

Como o mercado internacional está 'enxuto', a economia cresce e a aftosa está controlada, há cada vez mais demanda de carne vermelha do Brasil. ■

(*) zootecnista, (**) zootecnista,
 (***) engenheiro agrônomo
 Scot Consultoria, telefone: (17) 3343 5111
www.scotconsultoria.com.br



Marketing da carne

Pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil encerrou 2005 como líder mundial nas exportações de carne bovina, com vendas de US\$3,14 bilhões para o mercado internacional. Mesmo com o embargo de vários países à compra de carne bovina brasileira, em virtude da ocorrência de febre aftosa em municípios do sul de Mato Grosso do Sul, em outubro passado, os contratos de exportações foram cumpridos.

Os Estados impedidos de exportar redirecionaram sua produção para o mercado doméstico, e outras unidades da Federação atenderam à demanda do Exterior. A maior parte dos países importadores estabeleceu veto parcial, com restrição especialmente à carne oriunda de Mato Grosso do Sul. Com isso, houve possibilidade de reorganização interna do setor produtivo para atender às demandas externas.

Logo após a constatação do foco de

febre aftosa, cerca de sessenta países suspenderam parcialmente (em relação aos Estados contaminados) ou totalmente suas importações. Neste início de ano, 57 países ainda limitam suas importações. No final de janeiro, vários peritos da União Europeia (UE) se reuniram com as autoridades do Ministério da Agricultura,

em Brasília, para uma rodada de negociações prévia, visando suspender o veto sanitário parcial imposto por Bruxelas.

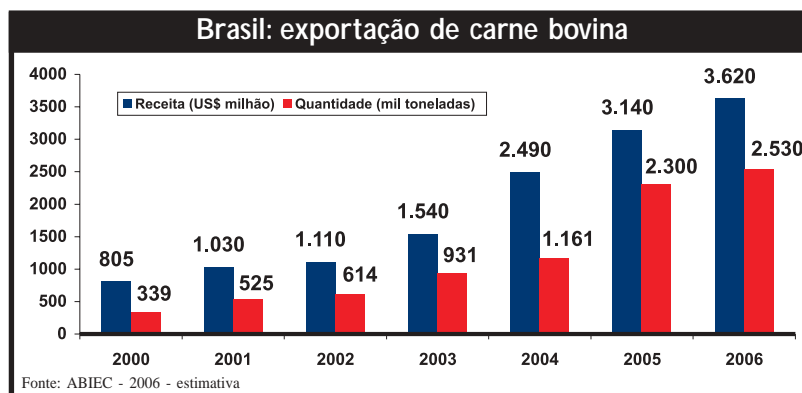
A decepção e a frustração suscitadas pelo fracasso das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) não foram dissipadas. O Brasil denuncia, além das barreiras sanitárias, as taxas alfandegárias. Ao entrar na Europa, cada quilo de carne fora das quotas pode ser taxado em até 176%.

Em poucos anos, o Brasil se tornou o primeiro exportador, por meio dos seus avanços nos mercados "periféricos". Altamente competitivos, com custo de criação em torno de US\$1,35 por quilo, contra os US\$2 na Europa, os embarques brasileiros vão para mais de 166 países. A Rússia é a principal compradora, ficando na frente da UE e dos Estados Unidos, e sendo seguida por Egito, Chile e China. Dos 42 milhões de animais abatidos em 2005 no Brasil, três quartos foram consumidos pelos próprios brasileiros, que comem 34 quilos de carne vermelha por ano.

RITMO ACELERADO

Nas vendas externas, o Brasil avança em ritmo acelerado em mercados consumidores de cortes bovinos mais baratos e anda a passos lentos naqueles demandantes de cortes nobres. Para a Rússia, é destinada a carne *in natura*, principalmente cortes de dianteiro, enquanto para a UE vão cortes nobres, como filé e contrafilé. Egito e Bulgária são dois outros mercados para os cortes mais baratos.

O Brasil está fora do rol de clien-



tes de carnes mais nobres. Os supermercados, em especial, os europeus, não aumentaram os volumes de compras. Notícias sobre a derrubada de florestas para a criação de gado, problemas com a rastreabilidade do gado, trabalho escravo no campo e a ocorrência da aftosa funcionam como um marketing negativo, e não ajudam na construção de negócios. ■

Exportação exigirá rastreamento

O governo alterou as regras do Sisbov (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina) para atender à demanda dos compradores da carne brasileira. As regras do novo modelo deverão ser publicadas em instrução normativa, ainda em fevereiro. A adesão ao sistema vai ser obrigatória para os produtores que querem exportar. Os pecuaristas precisarão ter as propriedades aprovadas para fazer parte do banco nacional de dados.

O processo para credenciamento prevê a identificação de todos os animais e precisa da aprovação de uma empresa certificadora, que fará visitas a cada 180 dias para verificar o número de cabeças e o sistema de produção. Após a aprovação, todos os animais nascidos na fazenda terão que ser cadastrados no sistema, assim como aqueles adquiridos de propriedades não-certificadas.

Atualmente, é permitido que uma fazenda mantenha animais identificados e não-identificados. Haverá um período de transição entre os dois modelos, até dezembro deste ano. Em janeiro de 2007, somente animais de propriedades certificadas poderão ser destinados à exportação.

Além disso, a partir de janeiro de 2009, as propriedades aprovadas só poderão receber animais de localidades também certificadas. Assim, todos os animais destinados à exportação serão rastreados desde o nascimento.

Atualmente, a exigência da União Européia é de um rastreamento mínimo de 90 dias.

Vacina contra a febre aftosa

Com a comercialização de 366,8 milhões de doses de vacinas contra a febre aftosa, em 2005, a indústria veterinária brasileira garantiu a oferta necessária para as campanhas oficiais de erradicação da doença, bem como a manutenção dos estoques de segurança exigidos pelo MAPA. O parque industrial brasileiro tem capacidade para a fabricação de 500 milhões de doses por ano.

Goiás foi o estado que mais consumiu a vacina em 2005, com 46,6 milhões de doses, seguido por Mato Grosso (42,1 milhões de doses), Minas Gerais (38,9 milhões de doses), Mato Grosso do Sul (38 milhões de doses) e São Paulo (31,7 milhões de doses). Destaque ainda para os estados do Nordeste, que registraram aumento expressivo na aquisição de vacinas. Um exemplo é Pernambuco, que saltou de 3,1 milhões de doses comercializadas (2004) para 4,7 milhões, em 2005. As vendas de vacinas em Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Sergipe também evoluíram consideravelmente em relação ao ano anterior.

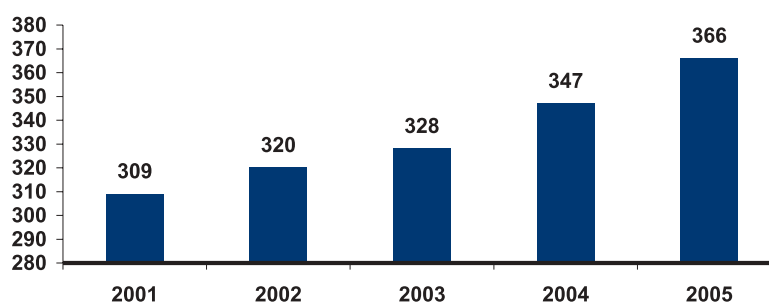
Pernambuco iniciou 2006 com novo status para a febre aftosa. Antes, classificado como área de risco desconhecido, o estado pas-

sa agora a ser considerado pelo MAPA como zona de médio risco para a doença. Ações e investimentos em sanidade foram fundamentais para a mudança. A última campanha de vacinação contra a aftosa, realizada em outubro de 2005, atingiu 93% do rebanho de 1,9 milhão de cabeças, com superação do índice anterior, de 91%, em abril do mesmo ano.

Em janeiro último, a participação efetiva da indústria veterinária no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) foi um dos destaques durante a reunião entre autoridades do MAPA, o Grupo Interamericano para a Erradicação de Febre Aftosa (GIEFA) e a missão norte-americana em visita ao Brasil. O encontro teve como objetivo fortalecer os compromissos para o cumprimento do Plano Hemisférico para a Erradicação da Febre Aftosa, além de conhecer os programas nacionais de combate à doença e discutir formas de cooperação e fortalecimento das ações nos países da América do Sul.

Durante o encontro, foi apresentado o histórico do combate à febre aftosa no Brasil e o atual panorama das ações implementadas para erradicar a doença. Existe uma

Brasil: vendas de vacina contra a febre aftosa (em milhões de doses)



Fonte: Central de Selagem para Vacinas - 2004 (estimativa)



divisão de responsabilidades entre os governos federal, estaduais e municipais. Além disso, foi estabelecida uma parceria com o setor privado, envolvido desde o planejamento até a execução e avaliação dos resultados, qualidade da vacina e o conseqüente ganho na proteção dos animais e aplicação do conceito de sanidade animal para a eliminação de focos.

TODA A CADEIA

O envolvimento de todos os setores da cadeia produtiva da pecuária é fundamental para alcançar a erradicação da febre aftosa do País, assim como a parceria com autoridades e entidades dos demais países da América do Sul e da América do Norte – que já erradicou a doença – é necessária para eliminar a doença de todo o continente americano. Da mesma forma, a qualidade das vacinas contra a aftosa, produzidas no Brasil, sua total rastreabilidade e o controle realizado pelos laborató-

rios e pelo MAPA ganham reconhecimento internacional.

Ao término do encontro, ficou definido que os países da América do Sul necessitarão de recursos suplementares de US\$49 milhões, em cinco anos, para a Erradicação da Febre Aftosa, a fim de fortalecer seus programas nacionais de combate à doença. Os recursos serão destinados para ações em regiões de risco desconhecido na Amazônia e no Nordeste, em projetos bi ou trinacionais de fronteira. Os recursos serão distribuídos entre a região Andina, Cone Sul, Sub-Região Amazônica e no Brasil não Amazônico.

A missão norte-americana também participou de reuniões na sede do Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), no Rio de Janeiro e na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em Brasília. O grupo visitará Paraguai, Bolívia e Equador, onde verificarão in loco a pré-disposição e as condições desses países para a erradicação da aftosa até 2010, como é desejado pelo GIEFA. ■

SUÍNO



Cenário menos favorável

Fernando Antônio Pereira*

A produção de suínos passou por um período favorável de rentabilidade, desde o segundo semestre de 2003, devido à recuperação dos preços do cevado, após a forte crise enfrentada em 2002 e em parte de 2003, período em que houve redução dos plantéis produtivos e, conseqüentemente, a oferta caiu e os preços se recuperaram.

Contudo, esse período favorável aos suinocultores não coincide com a melhoria da competitividade da carne suína no mercado interno. Ao contrário, a elevação dos seus preços reduziu o consumo *per capita*. Houve perda de competitividade com as car-

Foco da doença em Corrientes traz perdas à Argentina

No início de fevereiro, um foco de febre aftosa foi detectado na Província de Corrientes, no Nordeste da Argentina. Para eliminar o foco, as autoridades sanitárias daquele país utilizaram o chamado "rifile sanitário", sacrificando cerca de 800 cabeças. A volta da febre aftosa provocou a suspensão preventiva de importações de carne bovina por cerca de 10 países.

Segundo os analistas do mercado, os embargos internacionais à carne argentina, devido ao foco de aftosa, poderão acarretar perdas entre US\$250 milhões e US\$ 500 milhões. O presidente da Sociedade Rural Argentina, José Miguens, declarou que os produtores perderão US\$100 milhões por mês por causa da aftosa.





nes concorrentes, a bovina e a de aves, cujos preços ao consumidor se mantiveram substancialmente mais baixos.

Para 2006, as projeções de aumento de produção já apontavam, há alguns meses, uma tendência de preços mais baixos, e, por isso, margens mais reduzidas para o suinocultor, tendo em vista que o crescimento das exportações e a recuperação do

consumo interno não deveriam ocorrer na mesma intensidade.

No entanto, no final de 2005 e no início de 2006, ocorreu uma depreciação dos preços do animal para abate num nível praticamente imprevisível, em decorrência dos fatos e movimentos especulativos associados aos focos de febre aftosa em bovinos no Mato Grosso do Sul e no Paraná, que resultaram em suspensão total ou parcial das importações de carne bovina e suína brasileira por diversos países.

Um dos fundamentos que provocaram a forte baixa de preço durante o mês de janeiro, notadamente nos mercados não integrados, foi o conhecido "efeito manada". Temendo quedas adicionais de preços, muitos produtores anteciparam a venda de seus cevados, o que resultou numa maior oferta, aceleração da queda de preço e redução do peso médio de abate.

BARREIRAS

Na tentativa de vislumbrar o cenário de 2006 para a suinocultura, é preciso entender o desdobramento das atuais barreiras impostas às exportações de carne suína e bovina brasileiras. Há um forte predomínio de opiniões (entidades oficiais, exportadores e outros especialistas do

setor), e as restrições estarão solucionadas até o mês de março. Com isso, a exportação ficará em volume semelhante ao de 2005, ou até algo entre 5 e 10% acima. A própria ABIPECS, entidade que congrega as empresas exportadoras, acena com a possibilidade de um incremento de 5 a 10% sobre o volume exportado em 2006 (625 mil toneladas). Se isso se confirmar, a partir do segundo trimestre, a oferta interna de carne suína já estará praticamente "descolada" da atual influência do episódio da aftosa.

As perdas sofridas pelos produtores nesse primeiro trimestre – que não foram poucas –, infelizmente, tendem a não ser compensadas *a posteriori*, pois não existe indicativo de que possa haver uma "importação compensatória" para repor o que não foi exportado durante esse período de embargo.

O peso de abate aquém do normal, deste início de ano, em praticamente todas as regiões produtoras, minimiza pressões de baixa durante o segundo trimestre. Contudo, o período entre março e maio se caracteriza tipicamente por preços mais baixos do que no restante do ano, como resultado da redução de consumo durante a quaresma e menor poder aquisitivo da população, dentre outros fatores sazonais. Devido a isso, se espera alguma recomposição de preços em relação ao pico de baixa ocorrido no mês de janeiro, mas existe pouca chance de uma recuperação expressiva, pois, além de se tratar de um período de consumo mais baixo, há ainda a coincidência, neste ano de 2006, de uma oferta muito generosa de carne bovina e de aves para o mercado interno.

De acordo com o panorama mais amplo do tripé que determina a rentabilidade da carne suína – a oferta, a demanda (interna e exportação) e o custo –, pode-se constatar que, neste ano de 2006, provavelmente, a demanda é o componente no qual se deve debitar maior expectativa de reação ou, pelo menos, no qual existe maior potencial para o setor buscar uma melhoria de rentabilidade.

OFERTA

Desde o final de 2004, a produção brasileira de carne suína vem aumentando, devido à retomada da expansão dos plantéis. Esse processo acelerou em 2005, particularmente, no segundo semestre, quando chegou ao mercado um volume mais expressivo de cevados oriundos de expansões no alojamento de matrizes, a partir do segundo semestre de 2004.

O volume de suínos abatidos em 2005 atingiu níveis um pouco superiores aos de 2002, recuperando-se da forte queda decorrente da crise do setor, entre 2002 e 2003. Isto é exemplificado no gráfico a seguir, que traz o volume de abate na região sul, que responde por mais de 65% do total de abate brasileiro sob inspeção federal.

Além disso, está bastante claro que a expansão da produção não chegou ainda ao seu ápice. Pelo contrário, há indícios fortes de um aumento importante da produção em 2006, como fruto das ampliações de plantéis, ocorridas durante o ano de 2005. Um interessante indicador disso é o elevado número de registros genealógicos realizados pela ABCS e suas afiliadas, neste ano, conforme mostra o gráfico seguinte.

Em síntese, não resta dúvida de que haverá uma maior oferta de suínos para abate em 2006. A magnitude desse aumento varia enormemente entre as várias estimativas publicadas no mercado, pois existe uma grande deficiência qualitativa e quantitativa de informações que possibilitem trabalhar com maior precisão nessa análise. Acredito, contudo, que deverá haver um aumento de 5 a 7% no volume de animais abatidos em 2006, em relação a 2005. A correspondência desse aumento do número de cabeças abatidas com o volume, em toneladas, de carne suína ofertada ao mercado dependerá do peso médio de abate. A tendência, por enquanto, com a derrocada dos preços durante o mês de janeiro, é de que se tenha um peso médio de abate, em 2006, inferior ao de 2005. Se isso prevalecer, amenizará o aumento de oferta durante o ano.

CUSTOS

O custo de produção de suínos é, principalmente, determinado pelo custo da ração, que responde, em média, por 75 a 80% do custo total. E o principal componente do custo da ração é o custo dos grãos, com grande destaque para o farelo de soja e para o milho.

O histórico de anos anteriores

demonstra que fevereiro não é um mês que permite uma aferição conclusiva de qual será a produção de grãos do ano safra em curso. Entretanto, a partir do que se pode vislumbrar nesse momento, não há previsão de que possa ocorrer alguma pressão relevante do custo dos grãos. Pelo contrário, a maioria dos especialistas trabalha com estimativas de custo até um pouco inferiores ao que

se verificou em 2005, principalmente, durante o primeiro semestre. Assim, salvo algum imprevisto nos próximos meses, a disponibilidade e o custo de matéria-prima para a produção de rações não deverão preocupar os produtores de suínos durante este ano. Por outro lado, se em 2006 ocorrer uma queda significativa de preço dos grãos, principalmente do milho, pode-se incorrer em sério risco para o seu abastecimento e preço em 2007. Isso porque o produtor já convive com margens críticas nos últimos tempos e os mecanismos de importação regular desse produto ainda estão emperrados por barreiras legais associadas a produtos transgênicos, que correspondem à grande parte do milho produzi-

do pelos principais fornecedores potenciais: Argentina e Estados Unidos.

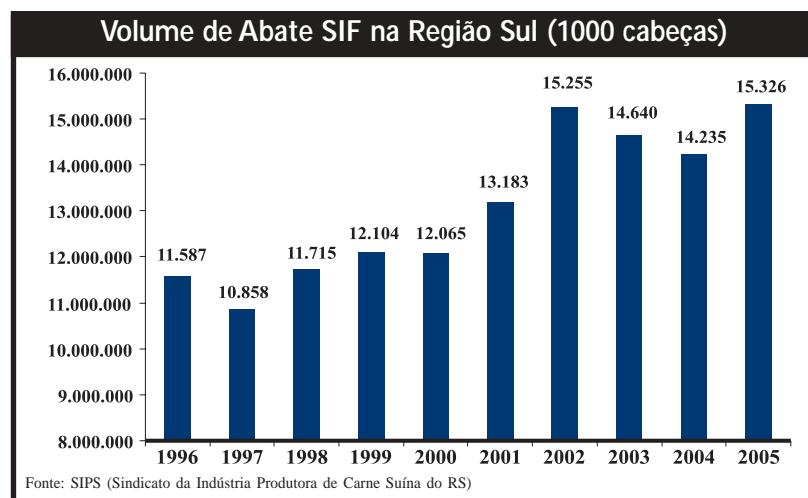
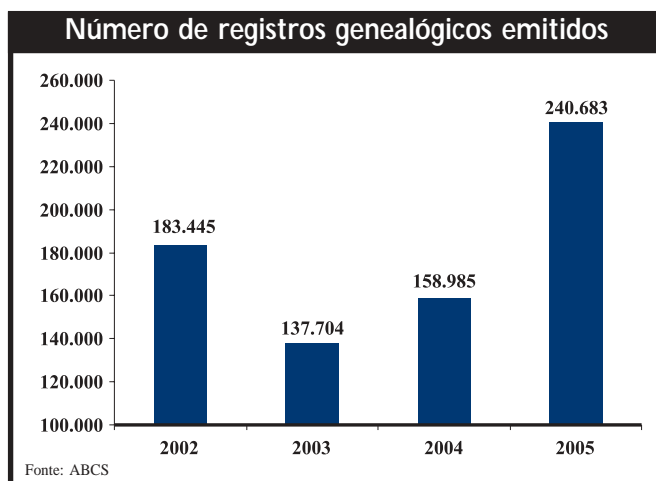
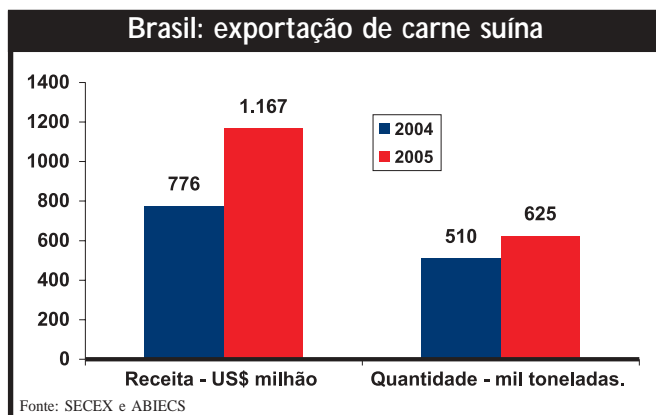
A projeção para 2006, salvo ocorrências imprevistas, é de que se tenha um custo médio de ração no máximo igual ao de 2005, prevalecendo a estimativa de um custo entre 5 e 10% inferior, na média do ano.

DEMANDA

Apesar do impacto negativo das restrições às exportações, neste início de ano, é possível que o Brasil, em 2006, consiga exportar um volume semelhante ao que foi exportado em 2005, ou até um pouco mais, conforme já foi comentado. Entretanto, não se vislumbra a possibilidade de um salto maior nesse volume, suficiente para dar vazão ao aumento de produção em curso e, assim, evitar um crescimento na oferta para o mercado interno.

As projeções de crescimento do PIB em 2006, acima de 3%, o aumento real do poder de compra da população, que tem seu rendimento vinculado ao salário mínimo, e a suposta adoção de ações que favorecem o consumo durante o ano eleitoral configuram um cenário favorável ao aumento do consumo da carne suína. Por outro lado, as projeções indicam que deverá ocorrer também uma oferta generosa de carne de frangos e de bovinos. Dessas, a carne bovina é a que demonstra maior potencial para iniciar alguma recuperação de preços no período, desde que se normalizem as exportações bloqueadas, por causa dos episódios de aftosa. A conclusão desse quadro é de que não existe uma predominância de fatores que, naturalmente, contribuirão para um aumento do consumo per capita da carne suína em 2006. Entretanto, ações de promoção junto ao consumidor podem se constituir em boa oportunidade neste período em que haverá melhor paridade de preços entre as carnes, ao mesmo tempo em que o cenário macroeconômico deverá favorecer o consumo de carnes em geral. ■

* Diretor Superintendente da Agrocere PIC
E-mail: Fernando@agrocere.com.br



Exportação recorde

A receita e a quantidade das exportações brasileiras de carne suína atingiram recorde histórico, com crescimento em relação ao desempenho de 2004. Os números são da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs).

Esse desempenho resulta da estratégia de aumento da participação do segmento de cortes nas vendas para o exterior, com produtos de maior valor agregado; aliada à política comercial das empresas. Atualmente, o Brasil é o quarto no ranking mundial de produtores e exportadores de carne suína.

O resultado poderia ser melhor, se o setor não sofresse a interferência do surgimento de focos de febre aftosa, da greve dos fiscais federais e da baixa cotação do dólar. Os dois primeiros fatores tiveram influência negativa na quebra dos volumes exportados no último trimestre do ano. Somente em dezembro, a receita caiu em 12%, em decorrência dos embargos à carne suína, motivados pelos focos de febre aftosa em bovinos no Mato Grosso do Sul e Paraná.

MAIOR CLIENTE

A Rússia continua sendo o principal mercado consumidor da carne suína brasileira, com uma participação de 65% do volume total comercializado no exterior em 2005. A quantidade embarcada para o mercado russo foi de 404.739 toneladas, um aumento de 40,47% em relação a 2004. A receita obtida apresentou um comportamento ainda melhor: com avanço de US\$449 milhões, chegando a US\$805 milhões.

O embargo imposto pelo governo da Rússia às importações de carne do Brasil poderá continuar até o fim do primeiro trimestre de 2006. Esse é tempo previsto pelo Serviço Federal de Controle Veterinário e Fitossanitário da Rússia para dar um parecer sobre o programa de combate e prevenção da febre aftosa, apresentado pelo Brasil. A suspensão foi imposta no dia 13 de dezembro e afetou inicialmente a produção de carne de boi e de porco dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Cerca da metade de toda a carne de porco consumida na Rússia é brasileira. Durante os primeiros nove meses de 2005, dois quintos das importações russas de carne de boi também saíram dos estados brasileiros. O embargo ainda afeta as importações de aves, leite, rações animais e equipamentos usados para tratamento, abate e processamento de carne de animais.

PRODUÇÃO

Segundo a Abipecs, depois de dois anos de ligeira retração, a produção total de carne suína no Brasil registrou aumento de 3,35%. A produção atingiu 2,708 milhões de toneladas no ano passado, ante os 2,620 milhões de toneladas em 2004. O consumo interno respondeu por 77% do total de carne suína produzida no País.

A variação nos preços pagos aos produtores, em 2005, derrubou a projeção de crescimento de 10% do setor no ano. O número de matrizes registradas permaneceu estável, em cerca de 3,6 milhões, enquanto o abate cresceu 18%, face à baixa remuneração. Entre fevereiro de 2002 e agosto de 2003, o setor sofreu uma crise de superprodução, que forçou a uma redução de 50% nos preços de comercialização.

Preparar o setor para o futuro

Mesmo cercada de dificuldades e à margem de políticas públicas, a suinocultura brasileira vive um momento de crescimento exponencial, com recordes de exportação. Mas é muito arriscado deixar essa cadeia ser 'puxada' exclusivamente pelo mercado para sustentar esse ritmo de crescimento.

Como primeiro passo, a idéia é reunir a comunidade científica, especialmente os técnicos do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPISA), da Embrapa, com produtores e as indústrias de transformação e de fornecimento de insumos e serviços.

A iniciativa começou com a assinatura de um convênio entre a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para criar uma comissão de estudos, com o objetivo de normalizar os procedimentos de produção e comercialização do segmento. O programa deve buscar uma forma de atuação capilar, para atingir as bases do mercado, como açougues, supermercados e restaurantes.

De olho no futuro, a ABCS já montou um Conselho Técnico Consultivo, composto por importantes nomes de universidades e empresas e de um comitê médico, destinado a referenciar o posicionamento da entidade quanto à adequação do uso da carne suína para o consumo humano. Além disso, a ABCS acaba de lançar o selo "Empresa Amiga da Suinocultura-ABCS", por intermédio do qual pretende financiar seus projetos de pesquisa e ações de fomento. O projeto conta com a adesão de 26 empresas do setor, mas a expectativa é de esse número ser ampliado.



AVICULTURA



Ajustar a produção

Avicultura nacional passa por um período de grande evolução, com destaque nas exportações. Importantes avanços são registrados no desenvolvimento de programas sanitários e de monitoria, para garantir a qualidade e sanidade do produto nacional.

Em 2005, a produção de carne de frango totalizou 9,3 milhões de toneladas, com embarques para 148 países e uma receita cambial e volume, respectivamente, de 35% e 15% acima de 2004. Com esse desempenho, o País se manteve como líder no *ranking* da exportação mundial.

Mesmo com o notável aumento das exportações, o mercado interno continuou a sustentar sua condição de maior consumidor da produção.

O consumo de carne de frango registrou aumento de 4,69% e alcançou 35,4 kg *per capita*.

A variação anual registrada no Brasil, de 13,92%, correspondeu ao menor índice de expansão dos últimos cinco anos. Isso é um indicativo de que as exportações brasileiras se aproximam de um ponto de estabilização, com índices anuais de evolução mais próximos da média mundial. Para 2006, o USDA - Departamento de Agricultura dos EUA aponta um crescimento médio nas exportações mundiais de carne de frango da ordem de 4%.

Ainda assim, para 2006, com a expectativa de prosseguimento da evolução do mercado interno e com a abertura de novos mercados internacionais, o setor estima um crescimento da produção da ordem de 6%, correspondente a mais 550 mil toneladas. Esse aumento será dividido em partes iguais entre o mercado interno e o externo.

CORREÇÃO

A meta é arrojada, e muitos analistas recomendam uma correção de rumo para o

setor, no sentido de ajustar a sua produção à capacidade de consumo do mercado nacional. Como o potencial produtivo começou o ano elevado, quase 10% acima de 2005, em termos de matrizes alojadas, o quadro atual é de sobre-oferta na avicultura brasileira de corte.

O caminho é produzir de acordo com a capacidade de consumo do mercado. Como cada matriz alojada significa um acréscimo, no conjunto, de ovos incubados, pintos alojados e nascidos, tenderá a haver um volume proporcionalmente maior de frangos produzidos.

Tudo isso exigirá um gerenciamento dos volumes de produção, com alojamentos adequados de pintos, sem exceder à capacidade

comercial do setor, para evitar excessos de oferta nos diferentes mercados. Com o aumento significativo no alojamento de matrizes e de pintos comerciais, já se pode antecipar o incremento na oferta futura de carne de frango. Para reverter essa situação, cabe deixar de lado o comportamento convencional da conhecida muda forçada. Essa prática é apenas recomendável em momentos específicos de mercado, como nos casos de:

1. O valor de mercado do produto final compensar o custo de manutenção da ave por mais tempo;
2. Quando existe uma demanda inesperada pelo produto final, como no aumento das exportações de carne de frango, no primeiro semestre de 2001, em que faltaram matrizes para atender ao novo patamar de produção demandado.

Como a muda forçada é uma prática arraigada na avicultura brasileira, o seu resultado é negativo, sem uma simultânea redução no alojamento. A combinação dessa técnica com o expressivo aumento dos alojamentos ocasiona sérios acidentes de percurso. Estrategicamente, uma capacidade instalada acima da demanda de mercado é bem-vinda para qualquer atividade econômica. Porém, é preciso levar a operação ao ponto máximo de pleno emprego somente quando os sinais de demanda do mercado forem bem claros.

SANIDADE

Outro desafio consiste em aprimorar, junto com o MAPA, o trabalho na sanidade dos plantéis avícolas brasileiros, de forma a zelar sempre pela qualidade e confiabilidade do produto. Nesse sentido, será importante, para a segurança e garantia da produção, exportação e viabilidade econômica do setor, que seja implementado com urgência o Programa de Regionalização Sanitária da Avicultura Brasileira, trabalho desenvolvido desde 2004 e inserido dentro do "Plano Nacional de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle e Prevenção da Influenza Aviária".

Este programa garante a manutenção das exportações ainda na ocorrência

cia de eventos sanitários em algum estado brasileiro; uma tranquilidade para atrair investimentos e sustentar o crescimento do setor.

A tarefa será operacionalizada pela SDA-Secretaria de defesa Agropecuária, com o estabelecimento de controle de ações para a avicultura continuar forte e em desenvolvimento, na produção de proteína nobre, saborosa e nutritiva, da melhor qualidade e sanidade. Com um controle adequado, frente a uma situação de normalidade sanitária, diante do risco de que uma eventual difusão da Influenza Aviária no continente europeu poderá alterar drasticamente esse quadro, outro bom resultado poderá ser obtido em 2006. ■

Cinco grandes desafios

Ivan Pupo Lauandos *

Após um período muito favorável para a indústria avícola brasileira, que se iniciou em meados de 2003, vamos enfrentar este ano um cenário menos favorável, no qual toda a cadeia produtiva da carne de frango poderá ser afetada. Os grandes desafios para a indústria avícola são os seguintes:

1 - BALANCEAR O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO

No período de cinco anos, de 1999 a 2004, as exportações cresceram, em média, 25,8% ao ano, impulsionando bastante o crescimento da produção total.

Não podemos esquecer de que as exportações representam cerca de 29,5% da produção total, sendo que crescimentos elevados das exportações impulsionam o aumento da produção total. Exemplificando: um crescimento de 20% das exportações implica em 5,9% de aumento da produção total.

Em 2005, as exportações aumentaram 13,9%, o que demonstra uma desaceleração do crescimento, com o Brasil conquistando uma participação estável de aproximadamente 39% nas exportações mundiais. Essa redução do ritmo de crescimento tem que ser considerada no planejamento de produção da indústria, para não provocar uma superoferta nos mercados interno e externo.

2 - AUMENTAR AS EXPORTAÇÕES?

Em um cenário de queda de consumo nas principais regiões importadoras, crescer entre 5 e 10%, desde que não ocorram fatos positivos, que é a meta original da ABEF, será um grande desafio.

A evolução da Influenza Aviária deve ser motivo de muita preocupação para toda a indústria, pela queda de consumo que tem provocado.

3 - REAL AINDA VALORIZADO

A projeção do Banco Central para 2006 é de uma taxa cambial de US\$ 1 = R\$ 2,34, o que ainda representaria uma valorização de nossa moeda. Trabalhar com moeda valorizada implica em reduzir custos e melhorar a eficiência de todo o processo produtivo, para manter a carne de frango brasileira competitiva.

Com a valorização do real, alguns países,

**Produção de carne de frango
em mil t**

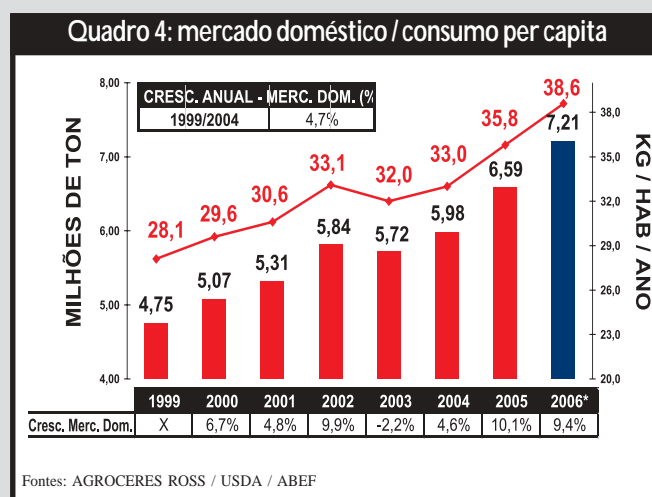
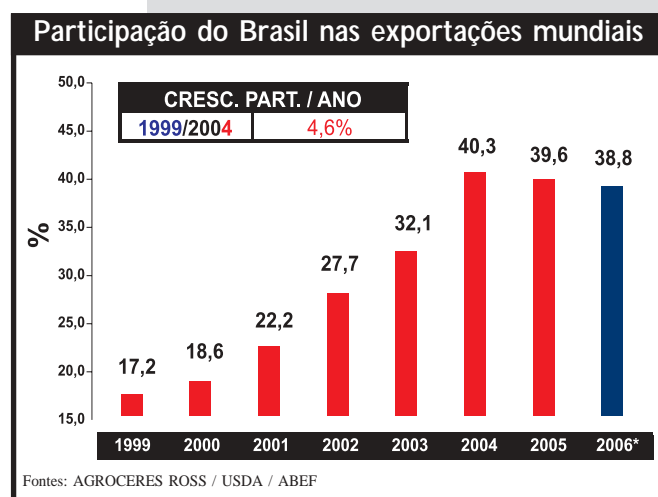
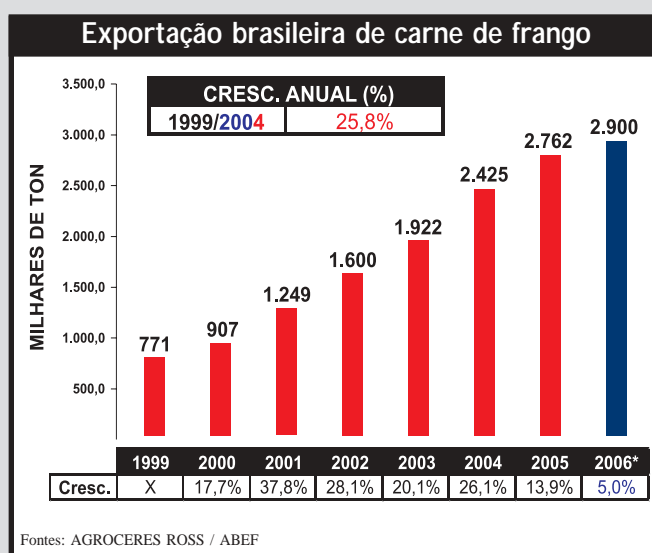
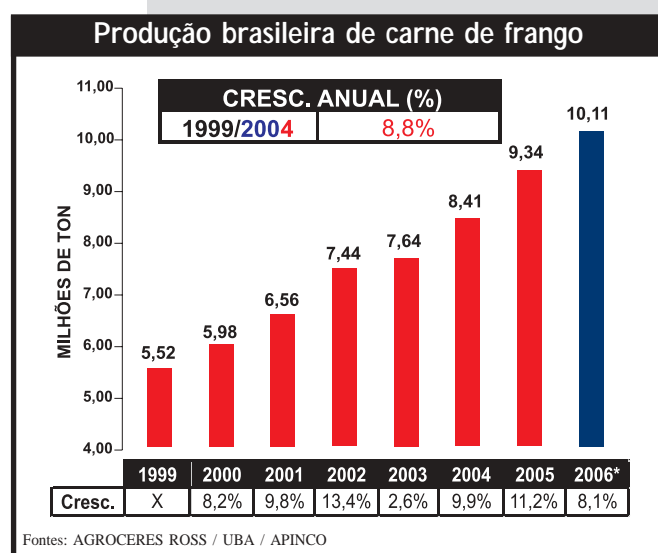
	2001	2002	2003	2004	2005
JAN	527	593,8	646,9	674,1	742,8
FEV	470,2	529,8	577,5	631	667,8
MAR	526,1	619,9	646,9	691,1	750,6
ABR	506,6	610,4	624,4	686,4	739,5
MAIO	532,4	629,5	659,9	700,8	763,7
JUN	525,4	623,6	621,1	676,5	755,3
JUL	559,8	645,1	649,1	720,1	797,4
AGO	572,2	640,6	623,6	695,6	803,9
SET	569,9	601,1	601,6	694,5	786,3
OUT	593,7	625,3	650,5	729,1	830
NOV	578,5	651,7	645,9	720,5	827,1
DEZ	605,4	677,6	697,7	788,7	883,6
Total	6.567,2	7.449,0	7.645,1	8.408,5	9.348,0

Fonte: APINCO

**Exportação de carne de frango
(em mil t)**

	2001	2002	2003	2004	2005
JAN	77	98,1	146,5	157	182,8
FEV	90,8	108,7	173,4	184,5	210,7
MAR	106,3	115,5	164	184,5	225,4
ABR	99,7	102,8	143,3	139,7	227,0
MAIO	110,6	94,3	130	206,4	233,0
JUN	105,9	94,1	155,4	238,2	237,4
JUL	96,2	139,6	135,5	205,9	254,8
AGO	110,9	140,4	193,7	252,6	255,7
SET	112,1	245,1	189,5	210,1	247,7
OUT	119,8	185,9	157,3	219,3	250,1
NOV	108,7	143,8	190,5	198,6	200,1
DEZ	111	131,3	142,7	227,4	237,0
Total	1.249,3	1.599,9	1.922,0	2.424,5	2.761,0

Fonte: APINCO



como a Argentina, começam a se tornar competitivos e aumentam a produção e a exportação a taxas elevadas. Estamos criando novos competidores no mercado externo. Resta à indústria 'engrossar o coro' de todo o setor produtivo por um câmbio mais favorável.

4 - PREVENÇÃO DA NEWCASTLE E INFLUENZA AVIÁRIA

A implementação bem-sucedida do Plano Operacional de Prevenção da Doença de Newcastle e Influenza Aviária, ainda no primeiro semestre de 2006, será um desafio e deve se constituir em uma prioridade para

toda indústria avícola.

Devemos atuar junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e aos governos estaduais no sentido de implementar com sucesso esse plano com adesão de todos os níveis de governo.

5 - MERCADO DOMÉSTICO

Em um período desfavorável para as proteínas animais, se torna fundamental para a carne de frango ganhar participação internamente. Precisamos começar a promover a carne de frango *in natura* e os seus produtos industrializados, demonstrando que temos a melhor relação benefício x custo

para o consumidor.

O Quadro 4 demonstra uma potencial elevação da oferta e, salvo algum desastre climático, matérias-primas a preços similares aos do ano passado e uma elevação do consumo *per capita* de 7,9%. Acreditamos que a elevação da oferta no mercado doméstico não deverá ultrapassar de 4 a 5%.

Para o ano ser melhor ou pior, o principal desafio está sob controle do setor, que é o balanceamento entre produção e demanda. Esperamos que o setor saiba gerenciar aquilo que está sob seu controle. ■

* Diretor superintendente Agrocere
ivan@agrocere.com.br

LÁCTEOS



Produtor perde renda

A supervalorização da moeda nacional em 2005, somada à greve dos fiscais agropecuários federais, interrompeu o fluxo de produtos destinados à ex-

portação, restringindo o crescimento da balança comercial de lácteos.

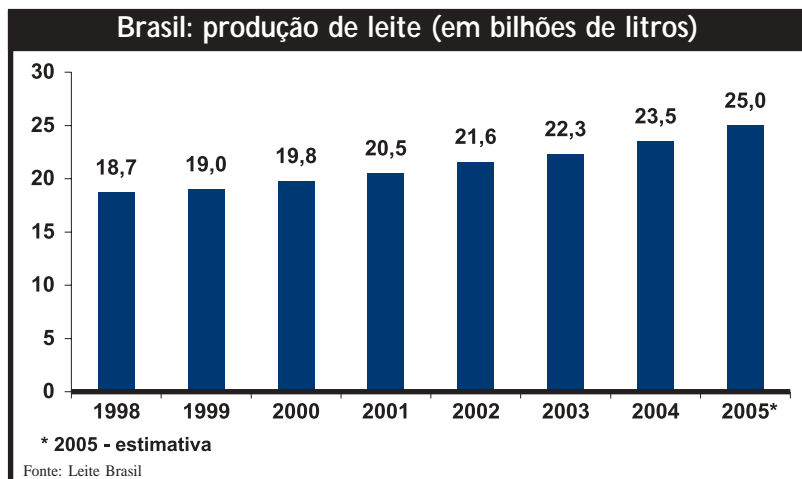
De qualquer forma, pela segunda vez consecutiva, o saldo fechou positivo, com US\$8,9 milhões, mas

inferior em relação a 2004, de US\$11,5 milhões. Enquanto as exportações cresceram em 36,4%, as importações subiram 44%.

No passado, o Brasil foi um dos maiores importadores de produtos lácteos, mas reverteu essa situação após a aplicação de medidas de *antidumping*, implementadas a partir de 2001. Atentos à possibilidade de uma recaída para essa situação anterior, os produtores de leite reivindicam medidas inibidoras da importação, como a cobrança de tarifas do produto lácteo importado e ações contra o *dumping* (preço aquém do valor de custo para ganhar o mercado).

QUEDA DOS PREÇOS

O ano de 2005 ficou marcado





pela queda brutal de preços e pelo fraco resultado econômico para o produtor. A sobrevalorização do real representou perda de competitividade para os produtos nacionais no mercado externo. Entre dezembro de 2004 e 2005, a cotação do dólar passou de R\$2,71 para R\$2,28. A pressão para manter o ritmo das exportações, somada ao crescimento da produção, provocou queda substancial dos preços ao produtor, no segundo semestre do ano passado.

Desde a implantação do Plano Real, em 1994, até 2005, a produção brasileira de leite passou de 16,5 bilhões de litros para mais de 25 bilhões de litros, enquanto o

to de alguns programas governamentais, que contribuem para aumentar o consumo do leite, tais como:

- "Minas Leite", do Governo de MG, com a meta de entregar 100 mil litros por dia para 400 mil crianças da rede pública de ensino.
 - "Leve Leite", da Prefeitura de São Paulo, com a proposta de adquirir 1,8 mil toneladas por mês para distribuir a 566 mil alunos do ensino fundamental e 403 mil crianças em creches municipais e conveniadas.
- O programa ampliou a distribuição para os meses de férias, alterou o processo de licitação, para garantir, em 2006, o fornecimento de, pelo menos, 75% do leite de

do por um grupo temático da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados do Conselho do Agronegócio (Consaagro), com ações que vão desde o fomento do consumo até o esclarecimento da população sobre a importância do leite para a saúde humana.

De qualquer modo, o cenário para 2006 é preocupante, pois coloca em xeque a possibilidade de continuar de forma competitiva na atividade, frente a preços achatados e consumo per capita estagnado. Nos últimos 12 meses, a média nacional do valor do produto caiu de R\$0,51 para R\$0,38. Uma repetição da conjuntura de 2004 é vista como otimista, quando o preço do litro da matéria-prima permaneceu estável em R\$ 0,58 por litro, para cair a R\$0,51 apenas nos meses de safra.

A queda do preço na ponta de produção rende lucros ao restante da cadeia produtiva. A Comissão Nacional de Pecuária do Leite acusa as indústrias e os supermercados de somarem ganhos em cima da matéria-prima. Segundo o IBGE, há 1 milhão de criadores. Os EUA, com produção anual de 77 bilhões de litros, têm 80 mil produtores.



consumo *per capita* no País está em torno 130 litros e permanece praticamente inalterado. A recomendação do Guia Alimentar Brasileiro, do Ministério da Saúde, é de um consumo *per capita* de, no mínimo, 200 litros por ano. Estimular o crescimento do consumo interno, junto com as exportações, é uma alternativa para reduzir a perda de renda do produtor. Outro desafio é enfrentar a concorrência de bebidas, como, por exemplo, sucos prontos e bebidas à base de soja, que ampliaram sua participação no mercado doméstico.

O setor defende o fortalecimento

origem nacional.

- A desburocratização do programa de aquisição e consumo de leite para a região Nordeste e Norte do estado de Minas Gerais, para facilitar a compra de 600 mil litros diários de leite destinados a crianças entre 6 meses e 6 anos, mães em amamentação, gestantes e idosos.

CONJUNTURA PARA 2006

Também está em fase de conclusão o esboço de um programa para promover o aumento do consumo interno de lácteos, elabora-

INDÚSTRIAS

Também as indústrias de queijo e leite em pó refazem as contas. As empresas investiram na ampliação de suas plantas industriais e buscaram clientes no mercado internacional. Consumidores da Coreia do Sul, do Chile e Japão passaram a conhecer o produto nacional. Agora, com capacidade de produção acima do consumo interno e com a exportação afetada pelo dólar em baixa, surge a ociosidade que obriga a uma mudança estratégica. Mesmo em face aos esforços de ficar mais competitivo e assimilar um câmbio menor, o problema, em curto prazo, é enfrentar um custo que não oscila na mesma proporção na produção e no transporte, além da carga tributária. ■

FRUTAS



A receita com as exportações de frutas brasileiras no ano passado cresceu 19,3%, para US\$440 milhões, contra os US\$369 milhões obtidos no ano anterior, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior e do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf). O volume exportado teve um pequeno recuo de 2,43%. Em 2005, foram exportadas 827,7 mil

toneladas de frutas, contra 848,3 toneladas em 2004. O grande destaque foi a uva, que apresentou crescimento de 103,35% em receita, com US\$107 milhões. Em volume, o aumento foi de 77,73%, para 51,2 mil toneladas. Esse bom desempenho se deve às vendas de novas variedades sem semente, especialmente do Vale do São Francisco.

A recuperação da produção de

manga e uva no Vale do São Francisco, depois das graves perdas ocorridas em 2004, face ao excesso de chuvas no verão, junto com a abertura de mercados na Ásia para frutas em geral, levou as empresas do setor a elevarem as exportações. A melhoria apurada nos embarques de frutas tropicais durante o primeiro semestre acresceu com a colheita, a partir de setembro, das

safras nordestinas de uva, manga e melão. Entre os "carros-chefe" das exportações, houve expansão nos embarques de melão, manga, banana, uva, mamão e abacaxi.

MAÇÃ EM QUEDA

O resultado poderia ter sido melhor, caso não ocorresse uma queda no comportamento

Comparativo das exportações brasileiras de frutas frescas

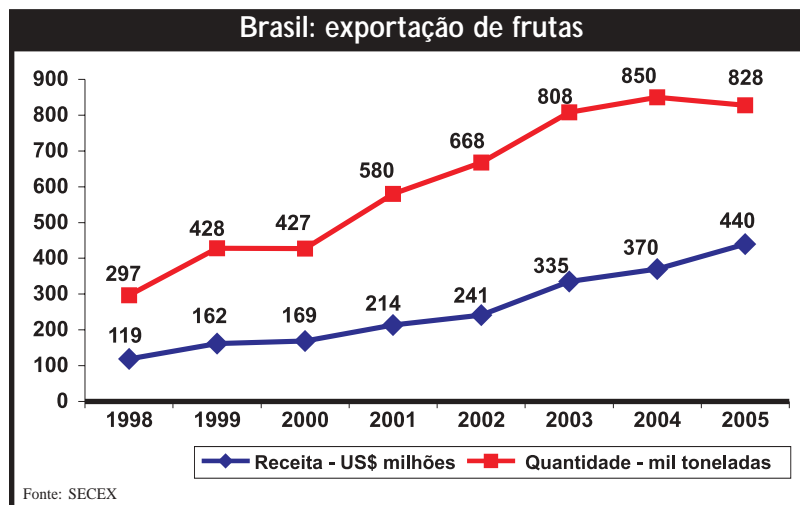
Fruta	Variação - 2005/2004		2005		2004	
	Valor (%)	Volume (%)	Valor (US\$ mil-FOB)	Volume (t)	Valor (US\$ mil-FOB)	Volume (t)
Uva	103,35	77,73	107.276	51.212	52.755	28.815
Melão	44,6	26,1	91.478	179.830	63.251	142.587
Manga	13,0	2,4	72.525	113.758	64.187	111.037
Maçã	-36,9	-35,1	45.770	99.332	72.549	153.043
Banana	22,4	12,8	33.027	212.175	26.983	188.086
Mamão	15,3	7,9	30.637	38.756	26.563	35.929
Limão	43,7	18,6	26.300	44.258	18.298	37.326
Outros	25,4	5,4	33.115	127.143	45.169	151.485
Total	19,0	-2,4	440.128	827.708	369.755	848.308

Fonte: SECEX/DATAFRUTA-IBRAF



da maçã. A tomar por base a série histórica do preço médio anual da tonelada da fruta, a partir de 1990, o preço atingiu o mais baixo patamar em 2005. No ano, a cotação média alcançou US\$460 por tonelada. Somente há 16 anos, quando foram praticados US\$400 por tonelada, o valor pago às empresas brasileiras de maçã esteve pior, segundo levantamento da Epagri-Cepa, baseado em dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Na verdade, há uma tendência de queda nos últimos anos. Em 2004, a tonelada estava em US\$474, cerca de 4% abaixo em relação a 2003.

O detalhe especial do ano passado é de que a queda em dólar foi mais sentida pelos exportadores, em virtude da desvalorização da moeda americana em relação ao real. O resultado de baixa espelha, especialmente, a grande oferta global de frutas, em função de grandes colheitas em países como Argentina, Chile, Chi-



na e Austrália. A conjuntura teve influência negativa na formação de preços no principal mercado externo para a maçã brasileira, a União Européia, onde o dólar também é referência.

Agora, em 2006, algumas empresas nacionais diminuirão sua participação no mercado internacional, mesmo porque a

colheita também deverá sofrer uma baixa. Outro ponto negativo tem sido a pressão advinda do frete marítimo. Os mesmos mercados serão buscados, mas em volumes menores.

ONDE SABER MAIS:
Instituto Brasileiro de Frutas
<http://www.ibraf.org.br>

Manga para o Japão

A abertura do mercado japonês à manga tommy atkins, e do Canadá, à maçã, ajudou a expandir os embarques. Os exportadores aguardam com ansiedade o parecer da recente visita de uma comissão da Malásia, para avaliar a abertura de mercado à maçã, ao melão e à uva brasileiros. China, Coreia do Sul e Taiwan também estão em fase avançada de estudos e poderão abrir mercado ainda neste ano.

Entre as boas notícias, consta o resultado da missão de técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que confirmou as condições sanitárias da manga produzida na Bahia, para os produtores do Vale do São Francisco continuarem a exportação da fruta para o mercado norte-americano. Nove técnicos realizaram vistorias durante setembro nos pomares e nas packing-

houses (casas de embalagem), passando por todo o processamento desde a colheita até o embarque, para identificar possíveis problemas e ações preventivas, como o controle da "mosca-de-fruta", praga que atinge pomares.

O primeiro carregamento de manga partiu de São Paulo pela Japan Airlines (JAL), no início deste ano, com escala em Nova York, numa viagem de 30 horas até chegar em Tóquio. Para iniciar essas primeiras exportações, os produtores brasileiros tiveram de se adaptar a algumas exigências do Japão, desde a colheita até a embalagem, passando pela logística de distribuição das mangas.

A abertura do mercado japonês traz entusiasmo aos produtores brasileiros, diante da perspectiva de entrar em outros países asiáticos, como a China. O Japão será um espelho para todos os países daquela região. Com um bom trabalho, será possível conquistar outros mercados na Ásia.

Além das adaptações exigidas pelos japoneses, a maior dificuldade para a exportação da manga é o alto custo da logística. Como o transporte aéreo é muito caro, é necessário compensar com melhores preços. Uma audiência pública realizada em agosto último, no Japão, aprovou a liberação da importação de manga brasileira por parte daquele país. A informação foi divulgada há pouco tempo pelo Ministério da Agricultura do Brasil. O início do comércio da fruta entre os dois países, que não ocorre há 27 anos, passou a depender de uma visita de uma comissão de Defesa Sanitária do Japão ao Brasil, para posterior vinda de compradores do setor privado, a fim de negociar diretamente com vendedores do Brasil. O mercado da manga no Japão movimentava US\$55 milhões por ano, e a perspectiva do Brasil é de conseguir ocupar até um quarto desse mercado.

Quem são os maiores do mundo

A produção mundial de frutas foi de 675,1 milhões de toneladas, colhidas em 71,5 milhões de hectares, em 2004. A fruta mais produzida foi a banana, com um total de 103,2 milhões de toneladas, seguida pela melancia, com 93,4 milhões de toneladas, e pela uva, com 65,4 milhões de toneladas. Laranja, maçã e coco ocuparam a quarta, quinta e sexta colocações, respectivamente.

A China foi o país que mais produziu frutas em 2004, com uma produção de 161 milhões de toneladas. Os chineses ocuparam lugar de destaque nas produções de melancia, maçã, manga, melão, tangerina, pêra, pêssego, nectarina e ameixa, com 23,8% de participação na produção mundial, neste ano.

A Índia ocupou a segunda colocação na produção de frutas em 2004, com 58 milhões de toneladas, e apresentou produções bastante significativas nas culturas de banana, coco, manga, outras frutas frescas, outras frutas tropicais, abacaxi, limão/lima e castanha de caju.

O Brasil ocupou a terceira colocação na classificação dos principais países produtores de frutas em 2004, com a quantidade de 39 milhões de toneladas, representada principalmente pelas culturas de banana, laranja, abacaxi,

mamão, castanha de caju, caju e castanha do Brasil.

Estados Unidos, Indonésia, Filipinas, Espanha, Itália, México e Turquia, nesta ordem, estão entre os dez maiores produtores de frutas do mundo, que, juntos, representaram 61,84% da produção mundial de frutas em 2004 (FAO, 2005).

De 1979 a 1994, a evolução da produção mundial das principais frutas, segundo os dados da FAO, aumentou 85,6%. Nesse período, quase todas as frutas apresentaram crescimento em suas produções, exceto: uva, toranja e pomelo, que apresentaram pequenas reduções.

Produto	1979	1984	1989	1994	1999	2004
Banana	57.467	61.482	71.269	83.964	95.365	103.297
Melancia	26.294	29.414	34.771	37.755	71.384	93.481
Uva	69.228	64.518	58.824	54.615	60.891	65.486
Laranja	34.764	38.979	50.860	54.720	62.316	63.039
Maçã	36.556	39.814	42.429	48.312	58.149	59.059
Coco	31.294	31.496	38.353	47.389	50.273	53.473
Melão	8.996	11.166	13.186	15.242	18.984	27.371
Manga	14.089	15.917	16.428	21.266	23.482	26.286
Outras frutas frescas	9.420	12.254	13.595	18.436	23.165	25.626
Tangerina	8.840	8.458	12.901	14.669	19.696	22.198
Pêra	8.494	9.392	9.938	11.547	15.692	17.909
Outras frutas tropicais	7.588	10.562	11.858	14.770	12.943	16.102
Pêssego e nectarina	7.081	7.959	9.116	11.544	13.191	15.561
Abacaxi	9.478	9.230	11.564	12.516	14.435	15.287
Limão e lima	4.829	5.877	7.156	8.506	10.481	12.126
Ameixa	5.228	6.419	6.734	6.745	8.535	9.836
Tâmara	2.683	2.631	3.430	4.569	5.620	6.772
Mamão	2.275	3.144	3.085	4.201	5.303	6.504
Outros cítricos	2.810	3.059	3.644	4.462	5.632	5.854
Toranja e pomelo	4.083	3.655	4.706	4.704	4.996	4.874
Abacate	1.324	1.634	1.653	2.089	2.383	3.187
Morango	1.729	1.912	2.461	2.636	3.149	3.113
Damasco	1.505	1.975	2.399	2.541	2.503	2.685
Caqui	910	1.118	1.185.538	1.433	2.189	2.454
Castanha de caju	457	504	741.815	1.050	1.448	2.082
Cereja	1.503	1.580	1.526.215	1.583	1.815	1.896
Caju	638	1.189	1.314.000	1.615	1.569	1.671
Figo	934	959	982.404	1.102	1.158	1.089
Cereja amarga	723	876	985.895	894	875	1.035
Kiwi	20	146	610.366	926	910	1.008
Pistache	64	181	235.072	413	580	694
Groselha	481	541	577.271	645	633	686
Outras castanhas	271	358	400.165	497	655	684
Outras 'berries'	348	384	375.573	512	613	674
Outras frutas caroço	177	215	255.772	321	378	392
Raspberries	233	293	398.189	304	381	389
Marmelo	283	312	342.222	309	359	383
Cranberries	119	156	186.286	259	338	344
Blueberries	59	74	101.643	124	212	238
Gooseberries	210	234	246.981	179	177	177
Castanha do Brasil	56	56	49.740	62	62	72
Total	363.563	390.143	440.885	499.444	602.938	675.112

Fonte: FAO



Antonio Hélio Junqueira *
Marcia da Silva Peetz **

As exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais fecharam o ano de 2005 em US\$25,75 milhões, mostrando um crescimento de 9,58% sobre os resultados do ano anterior. O valor é inferior à estimativa inicialmente projetada com base nos ótimos resultados auferidos pelo País no período de 2001 a 2004. Na realidade, as projeções técnicas reavaliadas já desde o início do ano apontavam para um fechamento das exportações próximo a US\$27 milhões, de modo a consolidar um crescimento real em torno de 15% sobre os valores comercializados internacio-

nalmente ao longo do ano de 2004, mas isso não aconteceu.

O principal fator apontado para a redução do ritmo de expansão no

desempenho exportador dos floricultores nacionais foi a sobrevalorização do real frente ao dólar, uma marca da política cambial do governo desde junho de 2004, com notável aceleração a partir do primeiro trimestre do ano passado.

Apesar de os resultados finais ainda se manterem favoráveis ao desempenho exportador global da atividade, a persistente valorização do real frente ao dólar preocupa e gera apreensão junto aos principais empresários do segmento.

Quando se analisa a variação percentual entre os índices dos valores exportados em dólar e em real, nos últimos três anos, se constata uma relação cambial relativamente favorável à atividade de produção e exportação de flores e plantas ornamentais, pelo Brasil, em 2003 e 2004, quando a evolução das exportações em dólares ficou, em média, entre 13% e 23% superior à evolução dos valores exportados em real.

Com a intensificação da política de valorização cambial da moeda brasileira, em 2005, o quadro se tornou dramático, com a evolução das exportações em dólares passando a representar uma valorização média maior que 30% desde o início do ano. A situação piorou, sobretudo, a partir do segundo trimestre de 2005, com diferenciais variando de 40% a 50% entre esses índices.

Assim, apesar de o País atingir um novo recorde nas exportações em dólares dos produtos da sua floricultura, quando convertidos para a moeda nacional, os resultados ficaram 9,42% inferiores aos obtidos em 2004.

Pouco ESTÍMULO

Diante do cenário da elevada competitividade internacional entre os países exportadores, especialmente entre aqueles do Hemisfério Sul, o

Balança comercial brasileira – plantas vivas e produtos da floricultura (valores em US\$ FOB 2005)

mês	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
janeiro	2.381.802	479.256	1.902.546	2.861.058
fevereiro	2.398.969	651.162	1.747.807	3.050.131
março	1.815.084	358.634	1.456.450	2.173.718
abril	1.863.217	505.745	1.357.472	2.368.962
maio	2.096.392	649.078	1.447.314	2.745.470
junho	3.423.524	558.466	2.865.058	3.981.990
julho	2.516.514	321.526	2.194.988	2.838.040
agosto	2.488.334	262.916	2.225.418	2.751.250
setembro	1.796.776	359.146	1.437.630	2.155.922
outubro	1.469.672	281.834	1.187.838	1.751.506
novembro	1.448.133	364.296	1.083.837	1.812.429
dezembro	2.053.904	610.416	1.443.488	2.664.320
Total	25.752.321	5.402.475	20.349.846	31.154.796

Fonte: Hórtica Consultoria e Treinamento, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC / Secretaria de Comércio Exterior - ALICE, 2005
(1) não inclui árvores, arbustos, silvados de frutos comestíveis; mudas de cana-de-açúcar; de café e de videira e micélio de cogumelos.

quadro atual desestimula novos investimentos. Ao mesmo tempo, interrompe a continuidade de iniciativas para a conquista e consolidação de mercados internacionais para as flores e plantas ornamentais do Brasil. Desde 2001, ficou freqüente a presença e participação do empresariado brasileiro no comércio exterior.

O saldo da balança comercial da floricultura brasileira, em 2005, atingiu US\$20,35 milhões. As importações equivaleram a apenas 20,98% do total exportado. Esse número, muito inferior às médias históricas, na faixa de 26% e 29%, representa uma retração futura no ritmo da atividade. Nas importações de insumos fundamentais, como materiais de propagação vegetativa, entre bulbos, rizomas e mudas de flores e plantas ornamentais estrangeiras, houve uma redução de 33% e 40%, respectivamente, quando comparadas a 2004 e 2003.

As principais lideranças empresariais produtoras e exportadoras de mudas e bulbos, que respondem por cerca de 75% da pauta nacional no comércio internacional da floricultura, estão cautelosas. Com a continuidade da atual política cambial, o sentimento é de transferência dos investimentos na produção de novos parques de produção de mudas e bulbos para a África. Isso reduzirá a capacidade de concorrência do Brasil com países como Quênia, Uganda e Etiópia no abastecimento do mercado europeu.

DESEMPREGO

O cenário poderá levar à perda de inúmeros postos de trabalho, tanto no meio rural quanto nas cidades, às fugas de capitais produtivos internacionais e ao retrocesso nos processos de diversificação da pauta brasileira de produtos voltados para o comércio exterior. Sendo assim, o setor aguarda por uma breve e adequada revisão da política cambial por parte das autoridades econômicas brasileiras, na busca da permanente valorização da sua competitividade. ■

* Antonio Hélio Junqueira é engenheiro agrônomo e sócio da Hórtica.

** Marcia da Silva Peetz é economista

Análise dos principais segmentos comerciais da floricultura

Mudas de plantas ornamentais: é o principal grupo da pauta brasileira de exportações de flores e plantas ornamentais, com valor de US\$11,97 milhões no comércio exterior e participação de 46,48% do total exportado pela floricultura do País. O crescimento sobre 2004 foi de 5,12%, devido especialmente à colocação de produtos em mercados importadores mais tradicionais, como EUA (+28,46%) e Itália (+20,13%), além da consolidação da conquista de novos compradores, como Espanha (+105,84%), Canadá (+120,79%) e Bélgica (+61,61%), entre outros. A Holanda permaneceu como o principal comprador das mudas brasileiras, com importações de US\$5,23 milhões, equivalentes a 43,66% do total exportado na categoria.

Bulbos, tubérculos, rizomas e similares: repetiram a performance histórica, na segunda posição na pauta de exportações da floricultura, com valor acumulado de US\$6,74 milhões, correspondente a 24,24% de participação no total embarcado pelo Brasil. O principal destino importador foi a Holanda, para onde seguiram especialmente bulbos de amáris e gladiolos, entre outros. As compras daquele país somaram US\$5,38 milhões, com crescimento de 14,91% sobre os resultados do ano anterior. Também tiveram destaque as participações dos EUA, com crescimento de 116,45%, do México (+15,25%), Canadá (+22,70%), Uruguai (+21,32%) e Venezuela (+44,07%). Em 2005, os exportadores brasileiros de bulbos conquistaram, ainda, dois novos clientes importantes no setor: Dinamarca e Suíça, que realizaram as primeiras aquisições de produtos nacionais, em anos recentes.

Flores de corte frescas: o seu crescimento nas exportações representa uma das mais importantes conquistas da floricultura brasileira nos últimos anos. Além de ser uma mercadoria de maior valor agregado, marcou a entrada mais agressiva do País no segmento de maior fatia no mercado mundial de flores e plantas ornamentais, com exigências de logística e qualidade do mais alto nível. Isso representa a conquista do reconhecimento de um padrão de alto profissionalismo para o Brasil. As vendas externas no segmento somaram US\$5,04 milhões, com uma ligeira expansão sobre os resultados obtidos em 2004 (+3,29%). Os principais importadores foram os EUA, com US\$3,48 milhões e crescimento de 19,28% sobre o ano passado, além de Holanda, Portugal, Canadá e mais outros 11 países consumidores. Cabe destacar a grande conquista verificada no mercado alemão, com importações expandidas em mais de 1.175% sobre o ano anterior, e no mercado suíço (+1.417,37%), além dos bons resultados obtidos junto às praças consumidoras de Portugal (+42,34%), Canadá (+70,14%), Argentina (+40,69%), Chile (+47,54%) e França (+24,42%).

Folhagens, folhas e ramos de plantas secos: embora seja tradicional e valorizado na pauta das exportações brasileiras, apresentou resultados decrescentes nos últimos dois anos. Seus valores de venda no comércio internacional somaram perto de US\$1,3 milhão, com decréscimo de 13,63% sobre os resultados de 2004. São 16 países que participam da importação dessas mercadorias do Brasil, com destaque para Holanda (29,84% do mercado), EUA (29,57%), Itália (13,14%), Alemanha (8,96%) e Polônia (6,08%). Vale destacar a penetração brasileira recente nos competitivos mercados da China (crescimento de 121,18% sobre 2004) e do Japão (+104,35%).

Folhagens, folhas e ramos de plantas cortados frescos: nos últimos anos, este é apontado como um dos mais promissores setores para o crescimento das exportações brasileiras dos produtos da floricultura. Embora com participação ainda modesta na pauta nacional, de apenas US\$392,88 mil, as exportações de folhas e folhagens frescas tiveram crescimento notável de 393,57% sobre os resultados do ano anterior, com crescimento marcante em mercados altamente exigentes e promissores, como EUA, França e Alemanha. Além da Holanda, a maior importadora (com 25,26% de participação no segmento), são considerados estratégicos também os mercados da Itália (18,74%), Polônia, Espanha, Japão, Bélgica, Rússia, Hong Kong, Taiwan, Coreia e México, sendo que estes últimos países realizaram, em 2005, as suas primeiras importações de folhagens frescas brasileiras.



Evaristo Marzabal Neves *
e Luciano Rodrigues **

Em 2005, a receita cambial das exportações das cooperativas brasileiras superou as expectativas de reverter a tendência ascendente estabelecida a partir de 2002. Aliás, chegou ao recorde, acima da receita cambial obtida em 2004. De 2000 a 2005, a variação foi de +195,5%. Num comparativo com as exportações totais do Brasil, as cooperativas sofreram uma pequena retração: para 1,9% do total exportado (US\$118,308 bilhões), frente aos 2,1% em 2004 (US\$ 96,475 bilhões).

A expectativa de menor receita cambial se baseava:

- 1) Na queda da captação de divisas, ao longo do ano, das cooperativas do Paraná (1º lugar em 2004) e do Rio Grande do Sul (3º lugar em 2004);
- 2) Na frustração de safra;
- 3) Na redução dos preços internacionais das *commodities* (cereais, leguminosas e fibras);
- 4) Na valorização do câmbio desfavorável;
- 5) No registro de focos da febre aftosa.

PARANÁ NA FRENTE

As cooperativas do Paraná e Rio Grande do Sul, que têm nos grãos, fi-

bras e cereais o ponto forte de suas exportações, e, em segundo plano, as carnes, obtiveram um faturamento menor em 2005, inclusive as do Mato Grosso do Sul.

As cooperativas do Paraná lideraram em receita cambial nos últimos dois anos e tiveram em 2005 uma diminuição de 2,9% e 31,2%, respectivamente, em relação a 2004 e 2003. Relativamente, as cooperativas mais afetadas pela queda no faturamento foram as do Rio Grande do Sul, que despencaram do 3º lugar em 2003 e 2004 para o 7º lugar em 2005, 66,5% a menos em relação a 2004 e retração de 2% no comparativo com 2003.

Outro Estado prejudicado foi o Mato Grosso do Sul, onde as cooperativas viram o faturamento despencar 43,0% e 47,1%, respectivamente, em relação a 2004 e 2003.

Por sua vez, o surpreendente desempenho das Cooperativas dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás veio na esteira do bom desempenho exportador dos setores sucroalcooleiro, de carnes, de café, e mesmo de grãos. Apesar da sobrevalorização do real, não sofreram com o clima seco e

a quebra na produção, como nos Estados do Sul.

Sempre em comparação com 2004 e 2003, as cooperativas do Estado de São Paulo apresentaram em 2005 uma captação de divisas superior a 84,5% e 172,6%. As de Santa Catarina saltaram em 133,7% e 195,7%. As de Minas Gerais, em 58,3% e 160,3%. Com uma significativa evolução, Mato Grosso aumentou em 439,1% e 1.168,9%. Por fim, as cooperativas do Estado de Goiás cresceram 58,2% e 141,9%.

As cooperativas das Regiões Sul e Sudeste, que totalizaram 93,3% do faturamento total em 2004 e 92,7% em 2003, se retraíram para 85,2% em 2005; enquanto as do Brasil Central, depois de participarem com 5,9% em 2003 e 5,2% em 2004, cresceram para 9,1% na captação de divisas provenientes das exportações das cooperativas brasileiras em 2005; uma clara evidência salutar da expansão da filosofia cooperativista no Brasil Central.

DESTINOS

A China, que ocupou o 1º lugar em 2004 (importações maciças de grãos, leguminosas e subprodutos, principalmente dos Estados do Sul), em 2005 perdeu posições para a Alemanha (1º lugar) e Países Baixos/Holanda (2º lugar). Estes países foram responsáveis por

Valor das exportações das cooperativas brasileiras

Ano	Valor (milhão US\$ FOB)	Variação anual
2000	762,6	-
2001	1.134,3	48,7%
2002	1.089,9	-3,9%
2003	1.303,8	19,6%
2004	2.002,7	53,6%
2005	2.253,8	12,5%

Fonte: SECEX/MDIC

quase 20% (Alemanha com 10,3% e Países Baixos com 8,8%) do total da receita cambial auferida pelas cooperativas brasileiras, praticamente 1/5 num universo de 130 países importadores.

Além da China (- 44,2%), apresentaram quedas em termos de compras das cooperativas os Emirados Árabes (- 3,7%) e a França (- 23,0%), entre os dez maiores países importadores de produtos das cooperativas brasileiras.

Cabe registrar, também, a retração ocorrida no continente europeu por importantes países importadores de destaque em 2004, como a Espanha (do 8º lugar em 2004 para 20º lugar em 2005); Bélgica (queda de 31,4%); Itália (retração de 14,8%); Suíça (queda de US\$11,2 milhões) e Portugal (do 16º para o 46º lugar).

No continente americano, destacam-se as retrações ocorridas nas importações dos Estados Unidos (passaram do 9º para o 12º lugar; Chile, com baixa de 29,8%, e Paraguai, com redução de 37,4%).

Porém, foi positiva e significativa, entre os dez maiores países importadores das cooperativas brasileiras, a evolução da Arábia Saudita (com crescimento de 404%), que passou do 24º para 7º lugar; África do Sul, com mais 217,5%, foi do 21º para o 10º lugar; a Rússia, com mais de 86,8%, galgou do 7º para o 4º lugar; os Países Baixos, com 83,2%, subiram do 5º para o 2º lugar; o Japão, com + 47,5%, passou do 6º para 5º lugar, e Marrocos, com + 37,2%, subiu do 10º para o 9º lugar.

Dentre os 130 países importadores de produtos de cooperativas brasileiras, apenas sete (Alemanha, Países Baixos, China, Rússia, Japão, Emirados Árabes e Arábia Saudita) foram responsáveis por pouco mais da metade do total de divisas carregadas pelas cooperativas brasileiras em 2005. As cooperativas precisam aumentar o empenho em pesquisas e expandir ações em mercados emergentes, por meio de promoções e marketing, pelas cooperativas brasileiras do agronegócio.

Vale registrar também nestas importações a impressionante evolução ocorrida com o Canadá, que cresceu 1.008% (15º posição em 2005); do Paquistão com 20.404,4% (23º lugar em 2005);

El Salvador, com 2.206,8% (24º lugar em 2005), e Sri Lanka, com 6.173,4% (36º lugar em 2005).

PRODUTOS

As quedas ocorridas no faturamento das exportações das cooperativas, devido à captação de divisas com soja e seus subprodutos, trigo, milho, entre outros, foram compensadas pela evolução obtida pelas cooperativas ligadas primordialmente aos setores sucroalcooleiro, de carnes e de café.

Soja em grãos e farelo de soja, líderes em 2004, foram superados em 2005 por outros açúcares (na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, definidos como "Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose química pura, sol."), que ocuparam o 1º lugar. O farelo de soja foi também superado

por carnes de frangos (na NCM, definida como "pedaços e miudezas, comestíveis, de galos/galinhas, congelados") e se posicionou em 3º lugar.

Foram computados 201 produtos exportados pelas cooperativas em 2005. Porém, não são 201 produtos diferentes, de natureza diversa. De acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias-NBM e a NCM ajustada ao Sistema Harmonizado de Designação e Classificação de Mercadorias, um mesmo produto, quando sofre algum tratamento, processamento, transformação ou separação de ingredientes, recebe uma outra numeração (dígitos diferentes).

Quando as cooperativas exportam soja para semeadura (US\$2,221 milhões, 31º lugar), esta recebe uma numeração diferente da soja em grãos e, assim, é tratada independentemente e não adicionada nas exportações

Brasil: exportação das cooperativas

Estado	2004		2005		Variação 2005/2004	Participação no total em 2005
	US\$ Milhão FOB	Posição	US\$ Milhão FOB	Posição		
São Paulo	412,7	2º	761,6	1º	84,5%	33,8%
Paraná	992,2	1º	682,8	2º	-31,2%	30,3%
Sta. Catarina	119,9	5º	280,3	3º	133,8%	12,4%
Minas Gerais	124,0	4º	196,4	4º	58,4%	8,7%
Mato Grosso	18,4	8º	99,0	5º	438,0%	4,4%
Goiás	55,7	6º	88,0	6º	58,0%	3,9%
R. G. do Sul	220,7	3º	74,0	7º	-66,5%	3,3%
Bahia	10,1	9º	23,1	8º	128,7%	1,0%
Mato Grosso do Sul	30,5	7º	17,4	9º	-43,0%	0,8%
Pernambuco	2,1	11º	16,5	10º	685,7%	0,7%
Outros (12)	16,3	-	14,7	-	-9,8%	0,7%
Total	2.002,6	-	2.253,8	-	12,5%	100,0%

Fonte: DEPLA/SECEX/MDIC; janeiro/2006. Em 2005, exportaram de 22 Estados

Brasil: exportação de cooperativas por mercado de destino

Estado	2004		2005		Variação 2005/2004	Participação no total em 2005
	US\$ Milhão FOB	Posição	US\$ Milhão FOB	Posição		
Alemanha	200,4	2º	238,0	1º	18,8%	10,6%
Países Baixos	106,7	5º	199,2	2º	86,7%	8,8%
China	328,4	1º	183,2	3º	-44,2%	8,1%
Rússia	93,2	7º	174,1	4º	86,8%	7,7%
Japão	101,5	6º	149,7	5º	47,5%	6,6%
Emirados Árabes	131,4	3º	126,6	6º	-3,7%	5,6%
Arábia Saudita	18,9	24º	95,4	7º	404,8%	4,2%
França	114,3	4º	88,0	8º	-23,0%	3,9%
Marrocos	62,1	10º	85,2	9º	37,2%	3,8%
África do Sul	21,3	21º	68,6	10º	222,1%	3,0%
Outros (120)	824,4	-	845,8	-	2,6%	37,5%
Total	2.002,6	-	2.253,8	-	12,5%	100,0%

Fonte: DEPLA/SECEX/MDIC. Janeiro/2006 - * em 2005 as cooperativas exportaram para 130 países.

de soja em grãos. O óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade maior do que 5 litros, cujas exportações alcançaram US\$10,870 milhões, 20º lugar, em 2005, não é somado ao óleo de soja, em bruto e degomado, que alcançou um faturamento de US\$60,120 milhões, 9º lugar em 2005, e assim por diante.

No comparativo de 2005 com 2004, o complexo da soja teve uma queda de faturamento em grãos, farelo e óleo, respectivamente, de 28,4%, 24,8% e 16,9%; retrações significativas foram as apresentadas pelo trigo, retração de 90,4% (passou do 9º para o 22º lugar), e o milho em grãos, do 8º posição para o 17º lugar.

Entre os produtos das cooperati-

(201) estão incluídos no agronegócio, como, por exemplo, pedras preciosas, produtos de metalurgia ou siderurgia, mas que representam muito pouco na captação de divisas pelas cooperativas, já que são produtos trabalhados por empresas ou organizações privadas.

NOVO PERFIL

Se em 2003 e 2004 grãos e cereais foram os principais responsáveis pela evolução no faturamento das exportações das cooperativas do agronegócio, principalmente para as da Região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul), em 2005, os setores sucroalcooleiro, de carnes e de café puxaram o fatura-

mento em 2003 e 2004, com a 4ª e a 2ª posições entre as maiores e principais empresas exportadoras do Estado, respectivamente. Em 2005, ocupou o 5º lugar, com US\$330,1 milhões, representando 48,3% das exportações das cooperativas do Paraná (US\$ 682,9 milhões). Em 2005, se nota uma queda no faturamento das exportações pela Coamo, de US\$ 156,4 milhões, em relação ao obtido em 2004.

Em 2005, as cooperativas do estado de São Paulo assumiram a liderança, tendo como carro-chefe a Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do estado de São Paulo (Copersucar), com faturamento de US\$681,4 milhões em exportações, um crescimento de 153,3% em relação a 2003 (US\$296,0 milhões) e de 68% sobre 2004 (US\$405,5 milhões), lastreada pelo crescimento das exportações brasileiras de álcool e açúcar, principalmente. A Copersucar, entre as maiores e principais empresas exportadoras de São Paulo, ocupou o 14º lugar em 2003; o 11º, em 2004, e chegou ao 10º lugar em 2005.

PERSPECTIVAS

Para 2006, as expectativas são melhores que as de 2005. As cooperativas ligadas aos setores sucroalcooleiro, de carnes e de café esperam maior faturamento ante à demanda internacional aquecida e aos preços atrativos. As cooperativas do Paraná, que encerraram 2005 com uma receita total de R\$16,5 bilhões (mercados doméstico e internacional), 8,3% a menos do que os R\$18 bilhões apurados em 2004, aguardam um ano melhor. Segundo o Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), o ritmo de investimento será da ordem de R\$600 milhões, com foco em projetos de infraestrutura, armazenagem, industrialização de produtos e carnes, para aumentar a diversificação e agregação de valor aos seus produtos. ■

* Professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP. E-mail: emneves@esalq.usp.br

** Pós-graduando em Economia Aplicada - ESALQ/USP. E-mail: lurodrig@esalq.usp.br.

Brasil: principais produtos exportados pelas cooperativas brasileiras

Estado	2004		2005		Variação 2005/2004	Participação no total em 2005
	US\$ Mil FOB	Posição	US\$ Mil FOB	Posição		
Outros açúcares (cana, sacarose)	266,5	3º	426,9	1º	60,2%	18,9%
Soja em grãos	413,0	1º	296,3	2º	-28,4%	13,1%
Carne de frango (pedaços e miudezas)	185,4	4º	267,3	3º	44,2%	11,9%
Farelo de soja	351,0	2º	264,0	4º	-24,8%	11,7%
Café em grãos	113,7	5º	202,6	5º	78,2%	9,0%
Alcool etílico	113,8	6º	180,3	6º	58,4%	8,0%
Carne suína	88,6	7º	138,6	7º	56,4%	6,1%
Açúcar de cana bruto	30,7	11º	90,8	8º	195,8%	4,0%
Óleo de soja	72,4	10º	60,1	9º	-17,0%	2,7%
Demais (192*)	366,8	-	326,9	-	-10,9%	14,5%
Total	2.002,6	-	2.253,8	-	12,5%	100,0%

Fonte: DEPLA/SECEX/MDIC - * foram contabilizados 201 produtos exportados pelas cooperativas brasileiras

vas com exportações superiores a US\$60 milhões, se destacaram os derivados da cana-de-açúcar (outros açúcares, 1º lugar, com aumento de 60,2%); álcool etílico, teor maior ou igual a 80%, 6º lugar, com + 58,4%, e, açúcar de cana, bruto, 8º lugar, com elevação de 196,0%; do setor de carnes (carne de frango, 3º lugar, com aumento de 44,1%; carne suína, 7º lugar, evolução de 56,4%), e o café em grãos, 5º lugar, com acréscimo de 51,5%.

Como demonstração do peso dos produtos do agronegócio nas cooperativas, estes nove produtos contabilizaram 85,6% de todo o faturamento obtido com exportações. Vale registrar que de 201 produtos exportados, 37 superaram a marca de US\$1 milhão. Nem todos os produtos exportados

mento das cooperativas. Daí, as cooperativas de São Paulo trocaram de posição com as do Paraná, e as do Rio Grande do Sul, que ocupavam o 3º lugar em 2004 em faturamento, despencaram para 7º lugar em 2005, com uma redução de US\$146,7 milhões em 2005 em relação a 2004.

Outras constatações ilustrativas do posicionamento dos Estados podem ser dadas por comparações. As cooperativas do Estado do Paraná ocuparam o 1º lugar em captação de divisas em 2003 (US\$669,7 milhões), e em 2004 (US\$992,2 milhões). A Cooperativa Agropecuária Mouraense Ltda. (Coamo) é o carro-chefe, responsável por 47,7% e 49,0%, respectivamente, da captação das cooperativas do Paraná, em



QUALIAGRO

Gestão de riscos no agronegócio

Eustáquio José Costa*

Caracterizar, definir e gerir os fatores de risco existentes no agronegócio são ações complexas, pois, dadas as suas características, requerem um nível de participação governamental, incomum às demais atividades econômicas.

Na França, os próprios liberais entendem como razoável haver "subsídios" nos apoios do governo ao setor produtivo agrícola. Outros países da União Européia se comportam de modo semelhante, acrescentando ou excluindo argumentos, a exemplo das funções ambientais da agricultura.

Não obstante as posições próximas entre Brasil e EUA nas recentes negociações na Organização Mundial do Comércio, são conhecidos os níveis de subsídios dos americanos à produção e à exportação de seus produtos.

No Brasil, sem lograr uma solução adequada, desde há muito tempo se discute um modelo compartilhado de gestão para o agronegócio, entre o governo e a iniciativa privada.

Um dos esforços mais profundos foi o Fórum Nacional da Agricultura (FNA), durante o biênio 1996/1997, com a participação de mais de mil lideranças setoriais integrantes de 34 grupos temáticos. O processo envolveu a discussão de uma "modelagem inovadora de parceria entre o setor público e o privado para a formulação das políticas públicas a partir de uma visão sistêmica de cadeias agroprodutivas".

CONSAGRO

Uma das marcas do FNA foi a instituição do Conselho do Agronegócio - CONSAGRO, editado no decreto de 02.09.98 e publicado na seção 1 do Diário Oficial da União, de 03.09.98,

tendo como objetivo, por meio de câmaras temáticas, ajustar posições e articular providências entre o governo e o setor privado.

O Qualiagro resgata esse modelo, quando busca minimizar os riscos da competição predatória, por meio de barreiras técnicas e outros entraves ao comércio. É uma maneira de democratizar o acesso aos mercados com a articulação das cadeias pela competência e pelo compromisso com os fatores, características e atributos exigidos nos mercados.

As certificações resultantes do regulamento técnico que introduziu a PIF - Instrução Normativa nº 20, de 27.09.2001, do MAPA - demonstram a capacidade de pequenos produtores de realizarem o processo produtivo dentro das exigências e dos requerimentos.

Trata-se, portanto, de criar condições para que a gestão do agronegócio incorpore mecanismos de atenção aos riscos climáticos, de pragas e doenças, de logística, de câmbio, tecnológicos e financeiros, entre outros. As alternativas de gestão extrapolam a propriedade e os mecanismos institucionais das cadeias produtivas. Exemplos marcantes do risco sanitário são encontrados em questões atuais das áreas animal (febre aftosa) e vegetal (ferrugem asiática).

Os chamados serviços de proteção sanitária não acompanharam o ritmo de crescimento do volume físico e econômico da produção agropecuária, sua manipulação e seu trânsito até chegar ao consumidor.

As condições naturais favoráveis de muitas regiões geram uma certa dose de displicência sanitária entre os agentes das cadeias produtivas. A discussão do assunto com as autoridades setoriais, muitas vezes, aponta aspectos relacio-

nados à participação e integração de diferentes partes nas soluções. O assunto não pode depender exclusivamente das autoridades sanitárias.

ORGANIZAÇÃO

A gestão dos riscos requer investimento, organização, regulamentação técnica e participação. Uma rede para estruturar soluções está em construção sob a designação de Sistema da Qualidade nas Cadeias Agroindustriais - QUALIAGRO. A demanda partiu do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio, na proposta de formatos para a rastreabilidade compatíveis com a realidade e integrados aos requerimentos e tendências do mercado internacional.

Como os requerimentos recentes dos mercados em relação a alimentos tiram o foco das doenças para colocá-lo na saúde, a gestão do risco sanitário passa pela integração de formatos de solução em rede no âmbito das chamadas *policy networks*. É um mecanismo para agregar os interessados no setor privado e autoridades governamentais.

Na prática, é um Comitê Gestor para gerir um conjunto de ações e atividades, a fim de atender às expectativas das partes interessadas. O Qualiagro abrange matérias como a normalização, a avaliação da conformidade e o estabelecimento de processos de gestão compartilhada. Assim, a implementação de mecanismos permanentes e sistêmicos de participação das partes interessadas ajuda a obter os objetivos desejados.

A evolução do projeto para formatos institucionais mais sofisticados responderá às questões de riscos tradicionais, como as apólices coletivas de seguro até os consórcios e outros arranjos entre conjuntos de interessados.

O QUALIAGRO reúne o conhecimento e a inovação, na construção da competitividade. Aposta na capacidade brasileira para construir soluções. Institucionaliza a melhoria contínua de processos de produção sustentáveis do ponto de vista ambiental e econômico. ■

* Economista com mestrado em Psicologia Organizacional



BIOTECNOLOGIA



Cresce o plantio de OGM's

De acordo com um relatório publicado pelo International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications (ISAAA), em 2005, mais quatro países e 250 mil agricultores adotaram o plantio de cultivares com organismos geneticamente modificados (OGMs). No exercício, a área global de plantações transgênicas aumentou 11%. Em 2004, a expansão foi de 20%, e em 2003, de 15%. Os patrocinadores do estudo foram a Fondazione Bussolera Bianca, da Itália, e a Fundação Rockefeller. As culturas analisadas foram soja, milho, algodão, arroz e canola.

A conquista do 400º milhão de hectares com o plantio de transgênicos teve a contribuição de 8,5 milhões de agricultores. De 1996, quando começou a sua comercialização, até 2005, a área global de plantações transgênicas se multiplicou mais de cinquenta vezes: passou de 1,7 milhão de hectares cultivados em seis países para 90 milhões de hectares em 21 países.

As lavouras transgênicas cor-

respondem a um sétimo da área total cultivada no mundo. No caso da soja, 60% do plantio mundial é feito com grãos transgênicos. Esse índice chega a 28% no algodão, a 14% no milho, e a 18% na canola.

Reflexo direto dos seus significativos benefícios sociais, econômicos e ambientais, os plantios transgênicos se expandem. Cinco países da União Européia, mais os Estados Unidos, e até o Irã, revelam uma alta taxa de adoção, sem precedentes, dessas colheitas.

RANKING

Em primeiro lugar, estão os Estados Unidos, com 49,8 milhões de hectares. Em segundo, aparece a Argentina, com 17,1 milhões de hectares. Depois, vem o Brasil, com 9,4 milhões de hectares; o Canadá, com

5,8 milhões de hectares; e a China, com 3,3 milhões de hectares. No ano passado, França, Portugal, Tchecoslováquia e Irã também passaram a plantar OGMs.

A ISAAA calcula que, entre 1996 e 2004, os benefícios econômicos globais líquidos da tecnologia da transgenia teriam somado US\$27 bilhões, dos quais, US\$15 bilhões em países em desenvolvimento e US\$12 bilhões em nações industrializadas. Nesse período, houve uma redução acumulativa de 175 mil toneladas de ingredientes ativos de pesticidas, correspondente a 14%.

Aproximadamente, 71% da área plantada com OGMs, em 2005, teve como motivo a tolerância a herbicidas. De forma legal, o plantio comercial de produtos transgênicos no Brasil começou em 2004. Por meio de medida provisória, o governo autorizou o cultivo de soja geneticamente modificada naquele ano.

A maior comercialização de arroz transgênico, o alimento mais importante para 1,3 bilhão de pobres e 850 milhões de famintos e subnutridos em todo o mundo, poderia trazer uma contribuição substancial à formidável meta de desenvolvimento Millennium da Organização das Nações Unidas, no sentido de reduzir a pobreza, a fome e a subnutrição em 50%, até 2015. Um fato notável veio do Irã, em 2005, com a primeira plantação de arroz transgênico globalmente importante.

Tendência de crescimento

- Adoção de arroz GM pela China;
- Mais alimentos e suprimentos nutritivos transgênicos;
- Introdução antecipada de novos produtos para plantio (novel crop), utilizados como recursos renováveis para maior produção sustentável e economicamente viável para biocombustíveis.

MILHO Bt

Na planta de milho com Bt, bactéria resistente a herbicidas, pela primeira vez, a República Tcheca realizou o seu cultivo. Com isso, aumentou para cinco o número de países da União Européia a plantarem a cultivar. Espanha, Alemanha e França semearam milho transgênico após uma lacuna de quatro anos, enquanto Portugal, após um intervalo de cinco anos. Esses casos são evidências de uma importante tendência a se descortinar na União Européia.

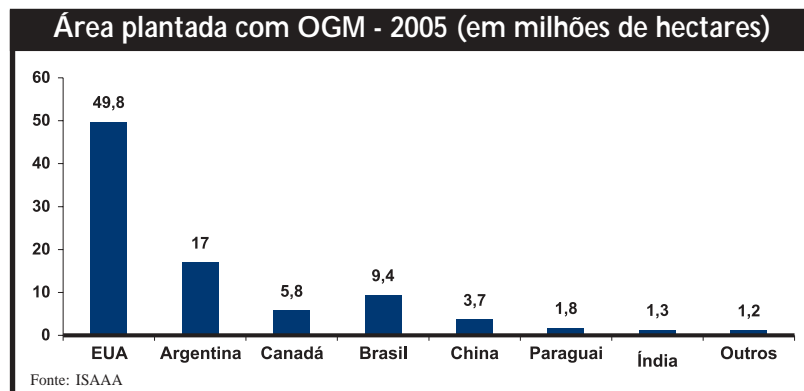
Dois terços dos 21 países que efetuam plantios transgênicos alcançaram um status de "mega-país", com plantações de 50 mil hectares ou mais em 2005, incluindo: Estados Unidos, Argentina, Brasil, Canadá, China Paraguai, Índia, África do Sul, Uruguai, Austrália, México, Romênia, Filipinas e Espanha.

No princípio da comercialização das variedades de transgênicos, reinava o paradigma de que esta tecnologia nunca seria valorizada nos países em desenvolvimento. Atualmente, mais de 90% dos 8,5 milhões de agricultores beneficiados pela biotecnologia dispõem de poucos recursos e estão nos países em desenvolvimento. As nações em desenvolvimento representaram mais de um terço da área global do plantio de transgênicos em 2005.

Aproximadamente, mais de 7,7 milhões de agricultores com baixos recursos na China, Índia, África do Sul, Filipinas e sete outros países em desenvolvimento, com o emprego de plantações de transgênicos, aumentaram a receita, o que os ajudou a saírem da pobreza absoluta.

PROJEÇÕES

A elevada taxa de crescimento vivido durante a primeira década na comercialização de transgênicos continuará com força na segunda década. Cresce o número de países e agricultores que efetuam o plantio



de transgênicos, especialmente, em países em desenvolvimento. Esse desempenho poderá ficar mais positivo com a disponibilidade de características melhoradas dos produtos da segunda geração.

O ISAAA projeta que o valor global do mercado de colheitas transgênicas aumentará de US\$5,25 bilhões em 2005 para US\$5,5 bilhões em 2006. O arroz transgênico tem o maior potencial de expansão no mun-

do até 2015. Uma nova onda de transgênicos será de lavouras multifuncionais, ou seja, que carreguem mais de uma tecnologia, como resistência a herbicidas e tolerância a insetos. As variedades com genes combinados já chegaram ao mercado em 2005. ■

ONDE SABER MAIS:
International Service for the Acquisition
of Agri-biotech Applications (ISAAA)
<http://www.isaaa.org>

Brasil já é o terceiro maior produtor

O Brasil ultrapassou o Canadá e se tornou o terceiro maior produtor de alimentos transgênicos do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina. A área cultivada nesta safra aumentou 88%, para 9,4 milhões de hectares, enquanto o Canadá elevou a área em 7%, para 5,8 milhões. O trabalho da ISAAA somente leva em conta produtos autorizados pelos governos, sendo, no caso do Brasil, a soja.

O País também aderiu ao algodão transgênico, pela primeira vez, em 2005. Com a regulamentação da Lei de Biossegurança e a retomada dos trabalhos do Conselho Nacional Técnico de Biossegurança (CTNBio), o Brasil poderá assumir a liderança mundial na adoção de alimentos transgênicos. Espera-se um cresci-

mento significativo em área da soja transgênica, rápida expansão ao algodão Bt e oportunidades significativas para o cultivo de milho e arroz transgênicos.

Além do Brasil, o ISAAA destacou o plantio de transgênicos em 17 milhões de hectares na Argentina (6% a mais que em 2004), 5,8 milhões no Canadá (um aumento de 7%), 1,8 milhão no Paraguai (um aumento de 50%) e 1,3 milhão na Índia (uma expansão de 160%).

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) pretende analisar, a partir de fevereiro, quando voltará a se reunir, os processos que solicitam a liberação da importação e do trânsito de milho transgênico no País. Os processos já foram parcialmente analisados, após o Ministério da Agricultura confirmar a existência do grão transgênico no Rio Grande do Sul. A expectativa da CTNBio é de analisar os pedidos e emitir os pareceres ainda este ano.



O mapa do biodiesel

O estudo "Biodiesel: Análise de Custos de Tributos nas Cinco Regiões do Brasil", elaborado pelas entidades públicas de pesquisa para a Dedini Indústrias de Base, aponta oportunidades e entraves para o desenvolvimento do combustível alternativo e renovável. SUL E SUDESTE - O girassol é a matéria-prima mais viável para a produção do biodiesel, a um custo de

R\$0,844 por litro. Mas a produção do grão nas duas regiões não é suficiente para atender nem sequer a uma unidade de processamento média, de 40 mil toneladas por ano.

CENTRO-OESTE - A soja, por sua alta produtividade e produção, seria a matéria-prima mais viável economicamente para o biodiesel, a R\$ 0,883/litro. Na região, a incorporação de receitas de subprodutos, como o farelo de soja, reduziria o preço do combustível.

NORDESTE - O caroço de algodão proporcionaria o biodiesel mais barato do Brasil, com custo de R\$0,712/litro. A oferta do produto é suficiente para manter uma unidade de 40 mil toneladas por ano, mas depende do mercado de pluma de algodão. Já o

biodiesel de mamona enfrenta a grande procura do seu óleo no mercado internacional e a falta de destinação dos resíduos.

NORTE - Não há uma produção exclusiva para o combustível. O dendê é a matéria-prima mais barata e de maior produtividade na produção de biodiesel, mas a soja apresenta oferta mais regular.

POR REGIÃO

As alternativas de matéria-prima para o fornecimento do óleo vegetal são diversas e desenvolvidas regionalmente. Apesar de o Brasil ser o segundo maior produtor mundial de soja, com alta produtividade e escala, outras variedades se prestam perfeitamente à produção do biodiesel, como: girassol, amendoim, algodão, dendê e milho, dentre outras.

O biodiesel produzido com metanol resulta no éster metílico ou em etanol, na forma de éster etílico. Em ambos os processos, o subproduto é a glicerina, utilizada como matéria-prima na produção de tintas, adesivos, produtos farmacêuticos, têxteis etc.

A opção por um tipo ou outro de éster depende da disponibilidade do álcool a ser usado na transesterificação e nos custos de produção. O etanol é produzido em larga escala, a custos competitivos, e gera empregos e renda rural. Já o metanol é importado, pois o Brasil não é auto-suficiente na sua produção. Além disso, devido à maior toxicidade, requer cui-

dados no seu manuseio, transporte e estocagem.

Em 1982, com o lançamento pelo Governo Federal do Programa de Óleos Vege-

tais, conhecido como OVEG, foram desenvolvidos diversos testes com a colaboração da indústria automobilística. Os resultados de experimentos com éster etílico de soja puro e a mistura de 30% de éster etílico de soja e 70% de óleo diesel foram animadores, mas seus custos elevados de produção inibiram o uso comercial.

Em 2005, o Ministério da Ciên-

Políticas de fomento ao biodiesel

- 1 - Alíquota única de PIS/Cofins e tratamento fiscal diferenciado com a desoneração da cadeia do biodiesel. Um exemplo seria eliminar o imposto para o biodiesel misturado ao diesel de petróleo, como o álcool anidro misturado em 25% à gasolina, que não paga ICMS.
- 2 - Dispensa de tributação no álcool usado no processo de produção do biodiesel.
- 3 - Mecanismos de aquisição e preços mínimos compatíveis com os custos de produção do combustível que estimulem os investimentos necessários para a produção nos volumes requeridos para atendimento ao Programa Nacional de Biodiesel.

Consumo nacional de diesel = 37 bilhões de litros

Mistura B5 = 185 milhões de litros/ano
Mistura B10 = 370 milhões de litros/ano
Mistura B20 = 740 milhões de litros/ano

Fonte: ANP - 2002



cia e Tecnologia lançou o Probio-diesel, que prevê o uso comercial de misturas com 5% de biodiesel e 95% de óleo diesel (mistura B5). Para 2010 e 2020, se espera, respectivamente, o aumento da participação do biodiesel para 10% (mistura B10) e 20% (mistura B20).

PRODUTO NOBRE

O biodiesel é considerado um produto nobre adicionado ao óleo diesel em concentração de 1% a 2%, com o objetivo de melhorar a lubricidade do combustível. Como combustível, em mistura com o óleo diesel ou puro, é utilizado há vários anos em diversos países, principalmente na Alemanha, França, Itália e nos EUA.

Nas misturas de óleo diesel com até 20% de biodiesel, geralmente, não há necessidade de alterações no veículo ou motor, segundo demonstra a experiência internacional. No caso de utilização na forma pura, é recomendável a substituição de componentes sensíveis aos efeitos solventes do combustível, como é o caso de alguns elastômeros.

O biodiesel é adequado para uso em áreas ambientalmente sensíveis, como em ambiente aquático ou minas subterrâneas, porque é biodegradável em condições normais de uso e apresenta baixa toxidez. Na armazenagem e no transporte, é preciso evitar a sua oxidação e formação de borras.

A perspectiva de produção em larga escala do éster etílico abre um novo mercado para o setor sucroalcooleiro. Na produção de mil litros de biodiesel, entram 100 litros de etanol. De acordo com estimativas da ANP - Agência Nacional do Petróleo, baseadas nas condições de mercado de abril/2003, cada 5% de biodiesel misturado ao óleo diesel consumido no País representa uma economia de divisas da ordem de US\$350 milhões/ano. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) estima, no caso da mistura B5, a criação de 185 mil empregos e geração de renda superior a US\$1 bilhão. ■



EUA se rendem ao álcool

Se o fato de o discurso do Presidente Bush, feito no final de janeiro, ter chamado a atenção para o "vício dos EUA em petróleo importado; freqüentemente, importado de áreas altamente instáveis" já um destaque, por si só, o espaço dedicado a esta questão no editorial do The New York Times mostra a relevância das múltiplas variáveis em jogo.

Com o rápido desenvolvimento da Índia e da China, o consumo global passará de 80 milhões de barris para 119 milhões de barris de petróleo por dia, em 2025, segundo o Departamento de Energia norte-americano. Essa nova demanda fará o preço do petróleo disparar e a inflação subir, com perda nas vantagens comerciais americanas. Por isso, o governo pretende reduzir as importações em 75%, até 2025.

Dos 20 milhões de barris de petróleo consumidos por dia nos EUA, os automóveis utilizam 45%; caminhões, máquinas pesadas e usinas elétricas consomem o restante. Para reduzir a dependência do petróleo, os

EUA precisariam produzir menos utilitários esportivos e mais carros econômicos.

Melhorar a eficiência dos motores híbridos e usar ligas metálicas e compostos de carbono avançados, em vez do aço mais pesado, são alternativas que poderiam duplicar ou triplicar os quilômetros percorridos por litro, o que representaria uma redução de 4 a 5 milhões de barris por dia no consumo.

O Escritório de Orçamento do Congresso estimou, em 2004, que um imposto sobre a gasolina de US\$ 0,46 por galão, ou seja, havendo um aumento de US\$ 0,18 por galão sobre o valor cobrado hoje, em relação ao imposto federal, reduziria o consumo de gasolina em 10%, nos próximos 14 anos.

A ênfase no etanol ganha simpatia entre as fontes de combustível alternativas. A sua produção, a partir do milho, depende de subsídios. Diferentemente do Japão e da China, com planos de importar etanol brasileiro, o governo dos



EUA mantém uma tarifa de 54% sobre cada galão de etanol importado.

CRESCIMENTO

Nos próximos seis anos, o consumo de etanol nos EUA crescerá 90%. A lei energética que entrou em vigor neste ano obriga que a venda de 2,78% do total de combustível consumido seja de combustíveis originados de fontes renováveis. Até 2012, o consumo passará de 15 bilhões de litros para mais de 28 bilhões de litros por ano.

Atualmente, existem cinco milhões de carros bicompostíveis movidos pelo composto E85, formado por 85% de álcool de grãos e 15% de gasolina, mas cerca de 70% dos proprietários de veículos não sabem que podem usar o etanol. Este aspecto se deve à dificuldade em abastecer os veículos, uma vez que apenas 600 dos cerca de 180 mil postos no país vendem este combustível.

Os subsídios e a proteção aos produtores do país norte-americano podem inviabilizar a exportação do produto brasileiro. Os EUA cobram US\$ 0,54 de tarifa sobre a importação de cada galão de 3,8 litros de etanol para proteger um setor ineficiente. Isso equivale a um adicional de 25% sobre o preço do produto. Entre 1995 e 2003, os produtores de milho americanos receberam subsídios de US\$ 37,4 bilhões. A capacidade instalada dos EUA é de 95 usinas. No ano passado, a produção de 15,2 bilhões de litros de etanol daria para substituir menos de 3% dos 532 bilhões de litros de gasolina consumidos.

Os EUA precisariam de 167 bilhões de litros de etanol para uma conversão nacional ao uso do E85. Há mais 32 usinas de etanol em construção e nove em processo de expansão. Isso elevará a produção anual em 6,9 bilhões de litros de etanol, mas continuará reservando ao álcool um papel coadjuvante. A intenção dos americanos é aumentar a produção anual para 30 bilhões de litros, até o fim desta década.

BARREIRAS

Existe um grande mercado para o etanol que se abre nos EUA, mas, para

que aproveitem a oportunidade, os exportadores e o governo brasileiros terão de negociar com Washington e no âmbito da OMC, a fim de vencer as barreiras ao álcool combustível. A competitividade brasileira salta aos olhos. Na comparação com a extração feita da cana, a produção do combustível a partir do milho, comum nos EUA, demanda cinco vezes mais energia para gerar a mesma quantidade de litros de álcool.

A campanha nos EUA pela adoção do álcool como combustível para carros e caminhões eliminaria a maior parte do consumo de gasolina no país; evitaria os custos, a demora e o impacto ambiental de construir refinarias de petróleo, e manteria o controle do combustível em mãos americanas, e não de estrangeiros comumente hostis.

Uma conversão generalizada ao E85 e a outros combustíveis produzidos em larga medida com vegetais, no lugar do petróleo, é um dos primeiros e mais importantes passos de um programa que poderia eliminar o consumo de gasolina nos EUA, até 2050.

Desde o terceiro trimestre de 2005, a produção do E85 passou a ser subsidiada pelos contribuintes, nos termos da nova lei de energia. A lei requer um aumento de cerca de 80% no uso dos combustíveis renováveis, especialmente, do etanol, até 2012. As refinarias terão de combinar 28,5 bilhões de litros do produto à gasolina produzida. O governo dá créditos tributários de até US\$ 30 mil para os postos que instalem bombas para combustíveis alternativos.

Nos EUA, os carros movidos pelo E85 são os FFV – sigla em inglês para "veículos de combustível flexível". Como o custo de produção destes veículos é US\$ 150 mais alto por unidade, muitas vezes, esses modelos são vendidos pelo mesmo preço que os veículos movidos à gasolina. A tendência é de que esses modelos sejam fabricados cada vez em maior quantidade, porque as montadoras recebem créditos federais quando vendem FFVs. ■

MEIO-AMBIENTE

Será a soja a vilã do desmatamento

Antonio Carlos Roessing
Joelsio José Lazzarotto1

O Pará se voltou para a sojicultura em 1995, quando da criação do Pólo de Paragominas, na região Nordeste do Estado. Logo em seguida, em Redenção, na parte Sul, o Governo do Estado, em parceria com a Embrapa/Amazônia Oriental e a iniciativa privada, implantou projetos experimentais para o desenvolvimento da cultura. As áreas escolhidas foram as de Cerrado, correspondentes à cerca de 11,5 milhões de hectares no Pará, metade da área de soja plantada em todo o País.

As pesquisas constataram a viabilidade da soja no Pará, com uma pro-



produtividade média de 2.880 quilos por hectare, acima da média nacional, de 2.640 quilos por hectare em anos normais. Outro pólo implantado em Santarém, na Região do Tapajós, mostrou os mesmos resultados.

O desenvolvimento da soja no estado paraense contou com o apoio do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento de Cerrados (Prodecer), com investimentos de US\$ 70 milhões até o

mento?

ano 2000. Isso atraiu empresários do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Uma das principais vantagens é o custo do transporte (frete), bem menor, se comparado com o de outras regiões do Brasil.

PERFIL DA AGRICULTURA NO PARÁ

- Região com potencialidade para a produção de soja;
- Posição privilegiada em termos de localização, dada a sua proximidade com os mercados do Caribe, da

Europa, da América Central e da América do Norte;

- Segundo maior estado brasileiro, com superfície de 1.247.702,7 km², ou seja, praticamente 125 milhões de hectares, correspondendo a 32,38% da Região Norte e a 14,66% do território nacional;
- Principais solos compostos de oxissolos, ultissolos, alfissolos, e entissolos;
- A produção agrícola do Pará é bastante diversificada;
- Regime de chuvas de 1.700 mm por ano até 3.215 mm;
- Maior produtor nacional de dendê, mandioca e pimenta-do-reino, e o segundo maior produtor de abacaxi;
- Produção de culturas de ciclo curto, como arroz, feijão, milho e mandioca;
- Maior criador nacional de búfalos e o nono na criação de bovinos (8 milhões de cabeças);
- Seis milhões de hectares disponíveis para agricultura.

INFRA-ESTRUTURA

A discussão dos efeitos do avanço da soja sobre o meio ambiente e,

mais especificamente, a Floresta Amazônica, vem à baila com frequência. A resistência contra o investimento na infra-estrutura logística, principalmente em relação à hidrovía Araguaia-Tocantins e ao asfaltamento da Rodovia BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, é louvável, mas necessita de argumentos mais elaborados.

Em regiões como Sapezal, Campo Novo do Parecis, Sorriso, Primavera do Leste e outras, a cultura trouxe desenvolvimento e infra-estrutura. Com isso, melhorou a fiscalização sobre os danos causados ao meio-ambiente. O mesmo não sucede em regiões onde as atividades são predatórias, com exploração ilegal e irracional de madeira, agricultura itinerante e de baixa tecnologia, prática de queimadas e exploração pecuária sem técnica e com áreas de pastagens degradadas.

Dessa forma, o asfaltamento da BR 163 proporcionaria o desenvolvimento de vasta região do Centro-oeste, principalmente, do Mato Grosso, onde se produz soja e o escoamento se dá pelos portos de Santos e Paranaguá. O benefício se estende-

Pará: principais municípios produtores de soja (2004)

Município	Produção (tonelada)	Área (hectare)	Produtividade (kg/ha)
Santarém	29.700	11.000	2.700,0
Santana do Araguaia	18.000	6.000	3.000,0
Belterra	13.500	5.000	2.700,0
Ulianópolis	11.570	3.775	3.064,9
Paragominas	9.777	3.259	3.000,0
Dom Eliseu	6.600	2.000	3.300,0
Floresta do Araguaia	2.400	1.200	2.000,0
Tracuateua	1.554	700	2.220,0
Alenquer	1.283	475	2.701,0
Curuá	1.200	400	3.000,0
Uruará	840	350	2.400,0
Conceição do Araguaia	750	250	3.000,0
Capitão Poço	720	200	3.600,0
Redenção	600	200	3.000,0

Fonte: IBGE

Regiões com potencial de produção

Pólo	Área disponível	Produtividade média
Sul: Redenção, Conceição do Araguaia, Pau D'Arco, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia e Tucumã.	3.350.000 hectares	3.000 quilos por hectare
Oeste: Santarém, Monte Alegre, Itaituba, Alenquer e Belterra.	1.200.000 hectares	3.000 quilos por hectare
Nordeste: Paragominas, Ulianópolis, Dom Elizeu, Rondon do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Ipixuna, Mão do Rio.	2.000.000 hectares	3.300 quilos por hectare



Pará: principais produtos agrícolas do ano de 2003

CULTURAS	Microrregiões produtoras	Área colhida - milho		Produção - mil t		Part. % PA/BR	Ranking NAC.
		Pará	Brasil	PARÁ	BRASIL		
ARROZ (em casca)	Santarém	290	3.150	585	10.199	5,7	5°
FEIJÃO (grãos)	Bragantina	81	4.113	69	3.310	2,1	-
MILHO (grãos)	Paragominas	284	12.935	523	47.809	1,1	11°
SOJA (grãos)	Paragominas	15	18.469	43	51.532	0,1	-
ABACAXI (*)	Conceição do Araguaia	10	54	244	1.400	17,4	3°
AÇAÍ (***)	Cametá	18	S I	257	S I	-	1°
BANANA	São Félix do Xingu	52	513	703	6.443	10,9	3°
CACAU	Altamira	51	581	31	171	18,4	2°
COCO DA BAHIA*	Tomé - Açu	22	271	227	1.909	11,9	2°
CUPUAÇU (***)	Tomé - Açu	9	S I	30	S I	-	1°
DENDÊ (em coco)	Tomé - Açu	39	85	583	772	75,6	1°
JUTA (Fibra)	Óbidos	0	1	0	2	26,2	2°
LARANJA	Guamá	12	821	205	16.936	1,2	7°
MALVA (Fibra)	Guamá	2	7	20	9	17,6	2°
MANDIOCA	Tomé - Açu	293	1.670	4.469	22.434	19,9	1°
MARACUJÁ**	Guamá	3	33	28	467	5,9	7°
PALMITO (extr.)**	Furos de Breves	S I	S I	14	16	92,8	1°
PIMENTA-DO-REINO	Tomé - Açu	22	24.918	57	65	87,5	1°

Fonte: IBGE - levantamento sistemático da produção agrícola - dez/2003.

*Produção em 1000 frutos. SI = sem informação; **Dados de 2001 - Agrianual 2004.

***Produtos exclusivamente regionais.

ria à zona franca de Manaus e aos Estados do Nordeste, que poderiam importar alimentos do Centro-oeste por menores preços.

Pelo seu resultado econômico e por sua alta tecnologia, a soja não se adapta à clandestinidade e expulsa atividades predatórias e prejudiciais

ao meio-ambiente, por meio da valorização da terra. Das terras na Amazônia Legal, apenas 24% são privadas, 29% são protegidas e 47% são devolutas ou estão em disputas privadas. Quando as terras não são legalizadas, o mercado não exerce influência na sua valorização, mesmo com a implantação de atividades de alto valor econômico.

Na Amazônia Legal, a expansão da soja, diante da sua baixa ocupação na área total do Estado, é pequena em relação à exploração ilegal de madeira, extração vegetal, pecuária extensiva e agricultura itinerante.

A disponibilidade de aumento de área para produção de soja no Mato Grosso chegará a 5 milhões de hectares, em curto prazo. Nos outros estados do Centro-oeste, existe 1,5 milhão de hectares a serem incorporados à produção. No Norte e Nordeste, há cerca de 2,5 milhões de hectares. A soma é de 9 milhões de hectares, para um total de 31 milhões de hectares no Brasil. Caso exista demanda até 2015, é possível esse aumento de área sem a derrubada sequer de uma árvore, com aproveitamento e

recuperação de áreas de pastagens degradadas.

EXPANSÃO

Se existe uma grande crença na possibilidade de a expansão da sojicultura nacional ocorrer às custas do desmatamento adicional de áreas de Cerrado e de Floresta Amazônica, especialistas apontam fortes evidências de esse processo estar associado com a conversão de pastagens degradadas em áreas agrícolas, e não com a exploração de áreas "virgens", devido a cinco razões principais:

1. É muito difícil abrir área virgem de Cerrado, em particular, de Floresta Amazônica, para, no mesmo ano, ou até mesmo em um prazo maior, usá-la na produção de soja. Para uma área virgem estar preparada para a produção agrícola, é preciso um mínimo de anos. Este não é o caso do 'Nortão' do Mato Grosso, chamado de "Zona de Transição"; por não ser nem totalmente Cerrado nem totalmente Floresta Amazônica.

2. As áreas virgens disponíveis de Cerrado ou de Floresta Amazônica, normalmente, não possuem a infraestrutura mínima necessária para viabilizar uma atividade agrícola altamente capital-intensiva, como a



Fonte: IBGE (1997).

Amazônia Legal

- Área: 5,217 milhões de km²
- Percentual: 61% do território brasileiro
 - Municípios: 761
- Produção de soja: 15,5 milhões de t (safra 2003/04), 30% da produção nacional, em 208 municípios, sendo 91% em Mato Grosso e 0,2% no Pará.



soja. Esse problema, por outro lado, não ocorre em regiões já ocupadas com pecuária, mais bem situadas do ponto de vista logístico.

3. As áreas ocupadas com pastagens são mais viáveis para a sojicultura no próprio período da conversão. Boa parte do processo de preparo da terra direcionada para o cultivo já ocorreu anteriormente. No Centro-oeste, as pastagens plantadas predominam sobre as pastagens naturais. Segundo os Censos Agropecuários realizados no Brasil, entre 1970 e 1995/96, enquanto a área de pastagem plantada passou de 7 milhões para 50 milhões de hectares, a área de pastagens nativas caiu de 46 milhões para 23 milhões de hectares. Existe uma imensa área ocupada com pastagens para ser convertida em lavouras nas regiões Centro-oeste e Norte.

4. A conversão de áreas de pastagens degradadas em cultivos de soja pode gerar uma área futura mais produtiva para voltar a explorar a pecuária. Nesse sentido, a conversão de áreas de pastagens para cultivos da soja pode ser temporária, tendo por objetivo final a produção de novas pastagens, com altas quantidades e qualidades nutricionais. Isso se justifica pelo fato de a soja reduzir os gastos com fertilizantes, pois fixa nitrogênio da atmosfera no solo.

5. No triênio 2001/2003, o processo de conversão de área de pastagens em agrícolas envolveu cerca de 4,9 milhões de hectares e mais 3 milhões de hectares somente no ano de 2004. Esses números são da mesma magnitude dos 6,8 milhões de hectares de aumento da área total cultivada com grãos no Brasil, observado nas safras 2001/02, 2002/03 e 2003/04.

A principal mudança no uso do solo da região considerada Amazônia Legal foi a enorme expansão da área ocupada com pastagens plantadas, que, em 1995, ocupavam cerca 70% das áreas desmatadas. Se as áreas em descanso forem consideradas como rotações temporárias da própria pecuária, estas ocupariam até 88% das áreas desmatadas. Em relação a 1970, quase 91% do aumento da área desmatada estava converti-

do em pecuária, cuja expansão tem sido um processo contínuo e de caráter inercial.

Em termos da extensão dos desmatamentos, enquanto a pecuária é, provavelmente, a atividade mais importante, a agricultura tem um efeito, em princípio, muito pequeno. As condições agro-ecológicas para a produção pecuária na Amazônia são favoráveis nas regiões já antropizadas.

Não se exclui a possibilidade de as áreas de Floresta Amazônica ou de Cerrados, que tivessem iniciado seu processo de conversão para terras agrícolas em anos anteriores a esse período de expansão recente, terem servido de fonte para a expansão recente da área cultivada com soja.

Quando se considera a demanda mundial de soja, estima-se uma produção mundial de 340 milhões de toneladas da oleaginosa para 2020.

em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Os níveis de erosão e assoreamento aumentarão, especialmente no Cerrado, onde as estações secas e chuvosas são pronunciadas. Nessa região, a adoção de colheitas sem técnicas de cultivo é inferior à do Paraná.

A monocultura de soja de grande escala poderá afetar as Bacias do Pantanal e Amazônica. Os efeitos decorrentes de maior acesso e da ocupação legal ou ilegal de terras, devido à presença de infra-estruturas relacionadas à soja, podem ser contabilizados. Além disso, a capitalização proveniente de fazendeiros de soja pode incentivar os criadores de gado a adquirir e desmatar áreas ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, graças aos preços mais baixos das terras.

O segundo caminho seria a intensificação do uso do solo por meio

Amazônia Legal: evolução percentual do uso da terra

	1970	1975	1980	1985	1995
Áreas desmatadas	3,0	4,0	6,2	7,7	9,5
Lavouras totais	0,3	0,6	1,0	1,2	1,1
Pastos plantados	0,7	1,4	2,6	3,8	6,6
Imobilizadas + descanso	2,0	2,0	2,6	2,7	1,8
Áreas não desmatadas	97	96	93,8	92,3	90,5
Reservas/áreas públicas	87,9	84,5	79,6	77,3	76,3
Pastos naturais	4,0	4,5	5,1	4,7	3,6
Florestas privadas	5,1	7,0	9,1	10,3	10,6

Fonte: IPEA/DIMAC, censos agropecuários do IBGE

Essa expansão poderá acontecer nos países da América do Sul, ou seja, Bolívia, Brasil, Argentina e Paraguai, com destaque para o Brasil, que poderá tomar dois caminhos distintos.

O primeiro, menos adequado, em que, na região Nordeste e nos estados de Minas Gerais e Goiás, o aumento de área se daria à custa da incorporação de Cerrados, e no Mato Grosso, Rondônia e Pará, incorporando Cerrados e florestas de transição.

Quando o aumento de área resulta da ocupação de pastagens degradadas, os pecuaristas se deslocam para áreas naturais, com o mesmo modelo de ocupação. Diante da esperada maior competitividade da soja produzida nas regiões Centro-oeste e Nordeste, haverá uma diminuição de 2,5 milhões de hectares

da incorporação de boas práticas, com a utilização de toda tecnologia disponível, planejamento do uso do solo, identificação de habitats, recuperação de áreas degradadas, prevenção do desmatamento excessivo, transformação de áreas de baixa e média produtividade em áreas de altas produtividades. Um aumento da produção sustentada, com o mínimo de agressão ao meio-ambiente, com muito planejamento e eficiente implementação do monitoramento e da execução das leis, sem agressão aos habitats naturais considerados intocáveis. ■

1 Pesquisadores da Embrapa Soja - Caixa Postal: 231 - CEP: 86.001-970 - Londrina, PR, e-mail: acr@cnpso.embrapa.br, joelsio@cnpso.embrapa.br.

O preço do álcool e os estoques de passagem

Félix Schouchana*

No início de 2006, o setor sucroalcooleiro, representado pela Unica-União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, e o governo chegaram a um acordo para que os produtores não aumentem o preço do álcool anidro (misturado à proporção de 25% na gasolina) na destilaria, acima de R\$1,05 por litro.

Desse episódio, ficam três questões:

1. Está resolvido o problema do preço do álcool nas entressafras (período de novembro a março, quando as lavouras canavieiras estão sendo preparadas para a colheita que vai de abril a outubro)?
2. Haveria alternativa melhor para se ter preços mais estáveis?
3. Como os demais produtos agropecuários, com safra e entressafra, resolveram esse problema?

É interessante observar o comportamento dos preços no pico da safra e da entressafra de alguns produtos agropecuários, para compará-los com a taxa de juros básica (SELIC) no mesmo período (*), entre 1998 e 2005.

CARRY OVER

Nos setores de: álcool, açúcar, boi gordo e café arábica, a oscilação de preços supera a da taxa de juros no mesmo período em vários anos, enquanto soja, milho e algodão apresentam menor oscilação sazonal de preços.

Por que um investidor não compra o álcool na safra para vendê-lo na entressafra, com um rendimento acima da taxa de juros dos títulos públicos? Do mesmo modo, por que outros produtos têm maior estabilidade de preços ao longo do ano?

Alguns produtos formam estoques de passagem (*carry over*) na entressafra, quando comparados com outros produtos, por meio do próprio mercado. Este processo é tão mais sensível e vital quanto mais for estratégico e menos substitutos tiver o produto.

Preços na safra e entressafra de álcool anidro e açúcar

Ano	Álcool Anidro - R\$ por litro			Açúcar - R\$ por tonelada			Selic no período
	Safra	Entressafra	Variação entre a safra e a entressafra	Safra	Entressafra	Variação a safra e a entressafra	
1998/99	0,3	0,1	-53,4%	11,4	11,8	3,1%	23,7%
1999/00	0,2	0,3	57,4%	9,8	18,6	89,5%	14,3%
2000/01	0,2	0,3	25,0%	21,4	23,3	9,0%	12,5%
2001/02	0,2	0,6	144,2%	23,6	21,3	-10,0%	14,6%
2002/03	0,5	1,0	113,1%	19,2	43,9	128,6%	16,6%
2003/04	0,6	0,4	-33,7%	24,0	19,3	-19,7%	14,8%
2004/05	0,7	0,9	27,2%	27,8	33,2	19,4%	13,2%
2005/06	0,8	1,1	41,5%	29,2	47,6	63,0%	11,2%

(*) Açúcar e álcool: safra em julho e entressafra em março
Fonte: Cepea/Esalq, BM&F e Banco Central - Elaboração: BM&F

Preços na safra e entressafra de soja e milho

Ano	Soja - R\$ por saca			Milho - R\$ por saca			Selic no acumulada período
	Safra	Entressafra	Variação entre a safra e a entressafra	Safra	Entressafra	Variação a safra e a entressafra	
1998/99	14,6	14,6	0,0%	9,0	8,2	-9,0%	9,2%
1999/00	15,8	20,7	30,7%	9,1	10,8	19,4%	8,7%
2000/01	19,5	19,0	-2,5%	14,0	14,2	1,3%	7,2%
2001/02	19,6	29,2	48,8%	9,5	12,4	30,1%	7,5%
2002/03	25,4	41,6	63,8%	13,9	18,9	36,0%	7,5%
2003/04	37,2	39,7	6,9%	18,7	18,7	0,0%	10,0%
2004/05	49,2	37,8	-23,1%	20,9	18,8	-10,0%	6,6%
2005/06	31,5	29,7	-5,4%	18,7	18,2	-3,0%	8,2%

(*) Soja e milho: safra em maio e entressafra em setembro
Fonte: Cepea/Esalq, BM&F e Banco Central - Elaboração: BM&F

A carne bovina pode ser substituída por outras carnes; o milho, por outros insumos na ração animal; a soja, por produtos de outros fornecedores (argentinos, paraguaios e americanos); o café arábica, por um pouco mais de café conillon no blend ou por solúvel; e assim por diante. E o álcool?

CARGA TRIBUTÁRIA

Fora do Brasil, mesmo com uma produção sem cobrir a demanda, além de ter um custo de produção superior ao do álcool brasileiro, somente os EUA produzem álcool carburante.

O problema dos estoques de passagem no Brasil consiste, em grande parte, da carga tributária. Se um investidor quiser comprar álcool na safra para vendê-lo na entressafra, terá de pagar o produtor, adicionar o PIS e a Cofins (9,25%), e o ICMS (12% no Estado de São Paulo, e até 25% em outros estados); e na venda, embutir novamente esses mesmos impostos e mais o imposto de renda.

O investidor se defronta também com os custos de armazenagem e o seguro do produto até o período de entressafra. Essa tributação impede a formação de estoques pelo próprio mercado, pois o preço do produto, somados os impostos, fica tão elevado, que não há comprador.

Outras cadeias produtivas resolveram esta questão por meio de títulos representativos das mercadorias e do mercado futuro.

EXEMPLO DA SOJA

Vejamos o caso da soja. O investidor, por exemplo, um fundo de investimentos ou uma esmagadora, compra um título como a Cédula do Produto Rural (CPR) na safra e, simultaneamente, vende a soja na entressafra no mercado futuro, a uma rentabilidade, pelo menos, igual à da SELIC. Sobre essa operação, não incidem PIS/Cofins e ICMS, pois o título é usado para a comercialização e o financiamento do produto, sem a circulação física da mercadoria. Quando o produto que é objeto da CPR é utilizado para o esmagamento, incidem todos os impostos. Daí o fato de a CPR não representar perda de receita fiscal para os governos estadual e federal.

O investidor, ao comprar a soja na safra, reduz a disponibilidade do produto, e o preço não cai muito. Já o produto vendido na entressafra ajuda para que o preço não suba demais, com aumento da oferta num período de escassez. O investidor compra e vende um título representativo da mercadoria para obter uma taxa de remuneração pelo investimento. O compra-

dor final ficará com a soja, seja para esmagamento ou para exportação.

Como incidiram todos os impostos, inviabilizando a operação, o investidor não pode receber o produto. O seu papel, por intermédio do mercado, foi de formar estoques de passagem sem a intervenção do Estado. Ele carregou o produto até sua venda na entressafra e contribuiu para estabilizar o preço na safra e na entressafra. Na soja, o comprador de CPR para vencimento na entressafra já tem uma venda na exportação e, assim, o preço e a margem de lucro ficam assegurados, ou protegidos com operações no mercado futuro.

No álcool, o comprador de CPRs ou outros títulos de álcool não está captando a oportunidade que existe na diferença de preços entre safra e entressafra.

O investidor teria de comprar o título na safra e simultaneamente vender no mercado futuro para os meses de entressafra, travando uma taxa de rentabilidade ao menos igual à da SELIC. Para fazer o mesmo, o distribuidor de combustíveis teria de comprar o título na safra e, ao mesmo tempo, vender contrato futuro para os vencimentos na entressafra. Ambos financiariam a formação de estoques.

Um distribuidor de álcool é um repassador de preços e não financia os estoques de passagem, pois compra e vende num curto espaço de tempo. Não há muita diferença entre comprar o álcool a R\$600,00, R\$800,00 ou R\$1.000,00 por metro cúbico, na safra ou na entressafra, na medida em que se adiciona seus custos e sua margem, repassando para o posto de gasolina.

Caso o distribuidor quisesse financiar o estoque de passagem de álcool, teria de comprá-lo na safra, armazená-lo e ofertá-lo na entressafra. Diante do risco de o preço ficar na entressafra abaixo do preço de compra, a saída é vender contratos futuros para se proteger contra esse risco. Assim, produtores, distribuidores e investidores venderiam contratos futuros para se protegerem contra o risco de queda no preço do álcool. Mas quem compraria esses contratos futuros?

Nos outros mercados agrícolas, o exportador ou importador do produto se protege contra o risco de alta nos

Preços na safra e entressafra de café e boi gordo

Ano	Café arábica - R\$ por saca				Boi Gordo - R\$ por arroba			
	Safra	Entressafra	Variação safra e entressafra	Selic no período	Safra	Entressafra	Variação safra e entressafra	Selic no período
1998	123,7	188,6	52,4%	19,8%	26,2	27,7	5,9%	12,4%
1999	152,5	194,2	27,3%	10,6%	29,5	39,6	34,1%	10,2%
2000	137,3	125,1	-8,8%	9,4%	36,3	42,4	16,8%	8,6%
2001	111,9	116,4	3,9%	11,2%	40,9	46,5	13,5%	9,1%
2002	136,0	174,9	28,6%	13,2%	42,1	53,6	27,1%	9,2%
2003	173,9	206,0	18,4%	10,5%	52,0	59,2	13,9%	11,7%
2004	219,2	337,0	53,7%	10,3%	59,4	59,6	0,3%	8,0%
2005	230,4	282,7	22,7%	7,8%	54,2	55,4	2,2%	9,8%

(*) Café arábica: safra em setembro e entressafra em março

(*) Boi Gordo: safra em maio e entressafra em outubro

Fonte: Cepea/Esalq, BM&F e Banco Central - Elaboração: BM&F



Ligue 0800 770 88 81
e assine a publicação
que melhor
acompanha o
AGRONEGÓCIO

Preços na safra e entressafra do algodão - 1998/200

	Algodão			
	Safra	Entressafra	Variação-safra e entressafra	Selic no período
1998	78,6	75,4	-4,0%	10,6%
1999	88,9	90,2	1,5%	8,0%
2000	87,7	86,4	-1,4%	7,0%
2001	85,6	84,0	-1,7%	7,7%
2002	96,9	146,5	51,0%	7,6%
2003	153,8	177,5	15,3%	9,4%
2004	170,8	138,6	-18,8%	6,6%
2005	155,4	132,6	-14,6%	8,1%

(*) Algodão: safra em junho e entressafra em outubro
Fonte: Cepea/Esalq, BM&F e Banco Central – Elaboração: BM&F

preços, porque necessita comprar o produto, inclusive na entressafra.

Quando os frigoríficos brasileiros começaram a exportar carne em grande escala, surgiu a figura do comprador de contratos futuros. A liquidez dessa operação aumentou significativamente. Em três anos (2003 a 2005), o volume negociado de contratos futuros triplicou, de 2,2 milhões para 6,3 milhões de cabeças. É esse agente que falta na estrutura da cadeia do álcool.

Assim, quando o Brasil tiver exportações durante todo o ano para abastecer os consumidores externos, os exportadores comprarão álcool na entressafra, porque já têm exportação com preço e margem fixados. Ou o próprio importador irá se abastecer no País, com preço fixado com base nas cotações da Bolsa, e se proteger no mercado futuro de álcool brasileiro.

OPORTUNIDADE

Essa é uma grande oportunidade para os produtores e os exportadores ou importadores formarem estoques de passagem, por meio de vendas para exportação de álcool durante todo o ano, com a fixação do preço em bolsa de futuros brasileira, uma vez que a formação do preço se dá no próprio País.

Dessa forma, para não depender de soluções intervencionistas do Governo, a formação dos estoques de passagem de álcool irá ensejar seu financiamento por meio dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), como é feito com o açúcar, obtendo financiamento a taxas de juros internacionais. Com a diferença de que a formação do preço do álcool pode e deve se dar no mercado futuro doméstico.

Antes de saber qual é o preço, o consumidor interno e o estrangeiro querem saber se haverá álcool durante todo o ano, para não depender tanto do petróleo. Preço é questão de mercado. Desse modo, o País irá se credenciar para ser um importante exportador de álcool no mercado internacional e teremos a formação do preço e a proteção contra esse risco em ambiente de Bolsa, transparente e competitivo, em território nacional. ■

* Diretor de Mercados Agrícolas da BM&F

IR na atividade rural

Luiz Augusto Germani*

O resultado da exploração das atividades rurais exercidas pela pessoa física é apurado mediante a escrituração de Livro-caixa, com lançamentos mensais de receitas, despesas e investimentos (tratados como despesas). A Receita Federal disponibiliza o documento na internet para preenchimento eletrônico.

O Livro-caixa deve ser numerado sequencialmente e conter, no início e no encerramento, anotações em forma de "Termos" que identifiquem o contribuinte e a finalidade do livro. Seu preenchimento pode ser dispensado quando o faturamento na atividade não exceder um determinado limite fixado pela Receita Federal em cada Exercício (para o ano base de 2005, espera-se algo em torno de R\$60.000,00). Não se pode esquecer de manter nos arquivos as provas documentais (notas fiscais, recibos etc.), usadas para apurar o resultado da atividade.

Apesar de ser um método de apuração mais complexo e burocrático, é possível à pessoa física apurar o resultado da atividade pela forma contábil, com registro dos lançamentos em livros próprios (Diário, Caixa, Razão etc.), de acordo com as normas contábeis, comerciais e fiscais.

O resultado na atividade rural será integrado à base de cálculo do imposto na Declaração de Ajuste Anual, quando for positiva.

Há algumas situações a serem tratadas com atenção pelo produtor rural:

1. Direitos sucessórios: no curso de um inventário, além dos rendimentos auferidos, próprios do espólio, 50% dos produzidos pelos bens comuns, maritais, são incluídos na declaração do espólio, podendo ser tributados em sua totalidade.

No caso de encerramento de espólio, o resultado da atividade rural

exercida até a data da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens, quando positivo, integrará a base de cálculo do imposto devido na Declaração Final de Espólio.

Quando ocorrer transmissão do imóvel rural (por herança) com prejuízo, os rendimentos não apropriados podem sê-lo pelo espólio, e, após o encerramento do inventário, pelo meeiro ou herdeiro, proporcionalmente à parcela da unidade rural recebida, desde que se continue a explorar o imóvel com atividade rural.

2. Arrendatário, condômino, cônjuge e parceiros na exploração de atividade rural devem apurar o resultado, separadamente, na proporção das receitas e despesas que couberem a cada um. No caso de rendimentos comuns decorrentes do regime de casamento, o resultado, opcionalmente, pode ser apurado e tributado na sua totalidade, em nome de um dos cônjuges, que declara os demais rendimentos comuns ao casal.

3. O usufrutuário deve apurar o resultado da atividade rural, desde que exerça essa atividade no imóvel rural objeto do usufruto; caso contrário, o rendimento se sujeita ao carnê-leão, se recebido de pessoa física, ou à retenção na fonte, se pago por pessoa jurídica, e, também, ao ajuste na declaração anual. Ressalte-se que o usufruto deve estar formalizado por escritura pública transcrita no registro de imóvel competente.

4. As atividades de turismo rural e de hotel-fazenda não constituem atividade rural. Os imóveis destinados exclusivamente a lazer devem constar na Declaração de Bens e Direitos da Declaração de Ajuste Anual do contribuinte com a informação de que não é usado para exploração rural.

5. No caso de financiamentos rurais, os créditos obtidos devem ser destinados exclusivamente à atividade ru-

ral, ou seja, aplicados em custeio ou investimentos, como estabelece o Art. 1º do Decreto-lei nº 167, de 1967, que regula o crédito rural. Assim, os respectivos valores não podem justificar acréscimo patrimonial, devendo ser informados em Dívidas Vinculadas à Atividade Rural do Demonstrativo da Atividade Rural.

6. Os produtos da atividade rural, estocados e ainda não vendidos, inclusive o produzido no ano-calendário a que se referir a declaração, devem constar no quadro Bens da Atividade Rural, do Demonstrativo da Atividade Rural, com a discriminação da quantidade e espécie dos produtos existentes no final do ano, sem qualquer valor.

7. O produtor rural que vender seu imóvel durante o ano-calendário deverá apresentar normalmente o Demonstrativo da Atividade Rural, se a isto estiver obrigado, e lançar, na Declaração de Ajuste Anual, o resultado positivo apurado até a data da venda. Além disso, deverá apurar o ganho de capital quanto à alienação da terra nua, se for o caso, bem como tributada a receita com a venda de bens e benfeitorias, caso isso tenha ocorrido. O mesmo procedimento será observado no caso de compra no ano-calendário.

No caso de a atividade rural ser exercida por pessoa jurídica, o Imposto de Renda é tratado nas mesmas regras aplicáveis às demais pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, inclusive, sujeitando-se ao adicional do imposto de renda à alíquota de 10%, mesmo se for um condomínio ou consórcio constituído por agricultores e trabalhadores rurais. ■

ONDE SABER MAIS:
www.receita.fazenda.gov.br
 Advogado Agrário. e-mail:
germani@germaninet.com.br



Novas propostas para o uso da terra

O modelo de reforma agrária distributivista, empregado no Brasil ao longo dos últimos anos, e baseado no puro e simples esforço de desapropriação de terras, está ultrapassado.

Somente distribuir terras, como, infelizmente, foi feito, é desperdício de dinheiro, tempo e inteligência. Não conseguiremos fazer disso um vetor de crescimento para o País. Como não é mais o principal insumo de produção da atividade rural, a terra, para ser viável, requer crédito, tecnologia, gestão, marketing, entre outros fatores. É outra visão.

Na perspectiva alinhada com a modernização das regras de mercado, ter terras não significa ter renda. Enquanto bem fundiário, a terra, por si só, não é mais uma garantia de retorno financeiro. Se o produtor rural fica com a terra ociosa, sem produzir, terá prejuízo e será excluído naturalmente do negócio. Terra não é tratada como reserva de valor.

A fórmula "desapropriar + distribuir a terra" é, nos dias de hoje, equivocada do ponto de vista de desenvolvimento sócio-econômico. Pune quem produz, tem caráter assistencialista e é caro. O governo se defronta com a escassez de recursos para comprar terras, e quando os tem, emprega mecanismos com custo-benefício duvidoso e de pouca atratividade, como os Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

É imperativo encontrar, primeiro, um modelo para melhorar as condições de infra-estrutura, crédito, educação, compra e venda (ligando assentamentos a agroindústrias) de quem já trabalha com a terra. Caso contrário, assistiremos cada vez mais ao nascimento de favelas rurais e à fuga de empreendimentos importantes para cumprir o papel de reintegração social e do desenvolvimento das pessoas nas economias locais.

SIM À PRODUÇÃO, NÃO À DOAÇÃO

O formato de reforma agrária eficiente deve valorizar a produção, e não a doação. Seu objetivo é estimular a emancipação econômica, visando à geração de renda, empregos e oportunidades. Sem esta consciência, não passa de uma ação assistencialista. Deve-se modificar o enfoque, no sentido de fortalecer investimentos em programas de financiamento para a compra de terras, de modo a priorizar o homem com vocação para trabalhar no campo. Se, na cidade, o cidadão financia sua casa própria, por que doar terras?

Outras sugestões, como a experiência de sucesso baseada em arrendamento, ocorrida no Triângulo Mineiro, podem ser o embrião para a modernização das políticas fundiárias. Tradicional na pecuária extrativista, a região

se transformou num rico pólo produtor de grãos, a partir da união de interesses comuns entre quem tinha terras com quem estava disposto a colaborar com trabalho. Um modelo de relação empresarial.

Quando o assentado paga com o valor da sua produção o direito de uso da terra, os programas de reforma agrária podem dar bons resultados. Nesse formato, aplicado com êxito em países do sudeste asiático, o assentado recebe orientação sobre o que produzir (com base em estudos de viabilidade econômica da atividade rural nas regiões). À medida que cumpre sua meta de produção, o assentado abate do preço da terra o valor produzido.

INSTITUIÇÕES FORTES

Outro ponto que merece destaque passa pela consolidação de instituições fortes e com respeito à lei, em prol do desenvolvimento nacional. As invasões são uma forma de pressão ilegal e desgastada. A população não aceita ações desse tipo e o produtor fica desestimulado e inseguro para investir e produzir. Qualquer reivindicação deve ser feita dentro da lei, sem ameaça e geração de insegurança. É preciso respeitar as pessoas e o direito de propriedade.

Os indicadores de produtividade considerados para efeito do Imposto Territorial Rural são bastante altos e, mais do que isso, a competitividade do mercado age como instrumento de pressão para o agricultor produzir. Por isso, discordamos de propostas para alterações e aumentos de índices. Para o produtor, um aperto ainda mais no torniquete, com uma modificação de regras, soa como um subterfúgio para a formação de estoque de terras para assentar, muitas vezes, uma massa 'artificial' de famílias sem aptidão para trabalhar com a terra.

Diante do que o setor agrícola fez, faz e representa para a nação brasileira, devemos continuar no esforço inteligente de unirmos forças com os demais setores produtivos do País. Uma atuação conjunta em defesa do direito de produzir. Os governos devem ajudar para aplicarmos o nosso conhecimento, no sentido de produzir para gerar empregos e renda para todos.

Ao concluir, quero expor o desafio desta coluna de funcionar como fórum para apresentação de idéias, sugestões, propostas e soluções. Quero fomentar um ambiente saudável de reflexão, democrático, não sectário, com o máximo objetivo de orientar na criação de políticas públicas e privadas favoráveis ao desenvolvimento do setor rural. Tudo isso com maior ênfase nos negócios, para levar ao desenvolvimento permanente das pessoas e do Brasil. ■

O autor é presidente da Sociedade Rural Brasileira



Um produto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil comercializado pela B3 Companhia de Seguros e Administradora de Seguros S.A.

Processo SUSSEP 10.000.227/2006
CNPJ 11.760.055/0001-43

A garantia de que sua família precisa para continuar colhendo bons frutos.

O Seguro Ouro Vida Produtor Rural é um seguro que tem como objetivo quitar ou abater dívidas de operações de Crédito Rural em caso de morte natural ou acidental do segurado. Se a indenização do seguro for maior que o saldo da dívida, o valor restante será pago ao cônjuge ou, na sua falta, aos herdeiros legais. Procure seu gerente Banco do Brasil ou ligue para 0800-729-7000.

O tempo
todo com
você





INTERCHANGE
Indústria Veterinária

Em Saúde animal para
Saúde humana
Nós e você,
uma união de competências.



Especialidades terapêuticas
Aditivos para nutrição animal

Rua: Ângelo Esteves, 51 - Jd. Myriam - Campinas - SP
Fone: (19) 3757.1700 - Fax: (19) 3717.1717 - SAC: 0800.131012
www.interchange-vet.com.br - falacliente@interchange-vet.com.br